

NOTA DE DISCURSOS DA COMISSÃO GERAL DA REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2013



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:06

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: AB

Data: 18/09/2013

I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

Não há expediente a ser publicado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:06

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - - Finda a leitura do expediente, passa-se à

IV - COMISSÃO GERAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - - Srs. Deputados, meus senhores e senhoras que nos honram com as suas presenças nesta Casa, no plenário e nas galerias, neste momento, transformo a sessão plenária em Comissão Geral para discutir a terceirização, Projeto de Lei nº 4.330, de 2004. Sobre a Mesa acha-se à disposição dos Srs. Parlamentares inscrição destinada a quem queira fazer uso da palavra. O tempo reservado a cada um dos expositores, atéem respeito ao número elevado de debatedores, estará limitado a 5 minutos.

Convido para compor a Mesa o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Guilherme Augusto Caputo Bastos; Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Mauricio Godinho Delgado; Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Sr. Alexandre Agra Belmonte; ex-Ministro Almir Pazzianotto Pinto; Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Décio Lima, onde o projeto estásendo discutido; autor do projeto, Deputado Sandro Mabel; autor do requerimento da Comissão Geral, Deputado José Guimarães e o Relator da matéria, Deputado Arthur Maia. (*Palmas.*)

Antes, portanto, de dar início, na prática, aos nossos trabalhos, esta Casa quer se incorporar à bancada do Partido dos Trabalhadores e prestar uma justíssima homenagem ao ex-Parlamentar, ex-Constituinte que teve uma vida toda dedicada a fazer um bem a este País e, nesta Casa, prestou os mais relevantes serviços, em nome desta Casa, e até possivelmente do meu partido, o PMDB. Congratulo-me com essa feliz ideia de o Partido dos Trabalhadores prestar uma homenagem ao ex-Deputado Luiz Gushiken, que partiu há poucos dias, deixando em todos nós lições profundas de seriedade, de ética na vida pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:06

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: JOSÉ GUIMARÃES

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Eu passo a palavra, em homenagem merecida que esta Casa quer prestar ao Líder do PT, ao Deputado José Guimarães para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores convidados desta importante sessão de Comissão Geral, trabalhadores, empresários, esta é a homenagem que prestamos, da bancada do PT, a esse grande brasileiro, que marcou a história do Brasil, marcou a história do PT, que tem um legado umbilicalmente vinculado às lutas dos trabalhadores brasileiros.

Fundador do PT, foi Deputado por 3 mandatos, foi Deputado Constituinte. E nós nos orgulhamos muito de nos referenciarmos nesse legado que deixou para todos nós o Deputado, o sempre Deputado, Luiz Gushiken. É uma perda grande para o nosso partido, para o nosso Brasil. Construtor da democracia, construtor, sobretudo, do nosso partido.

E eu aproveito este momento e chamo aqui ao meu lado, Sr. Presidente, o nosso companheiro, militante, que vai sintetizar, através de uma poesia, essa singela e importante homenagem que nós queremos prestar à família do Gushiken, ao seu legado e àquilo que ele representou e continua representando para todos nós. O Hamilton Pereira está aqui e, através da poesia, vai homenagear essa extraordinária figura humana, que foi o nosso querido Gushiken, para quem eu peço uma salva de palmas. Ele estará sempre presente entre todos nós, Presidente Henrique Eduardo Alves.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Companheiro, fique ao meu lado, para prestar a sua homenagem ao nosso Gushiken.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:09

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

**Orador: HAMILTON PEREIRA
DA SILVA**

O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA - Bom dia a todas e a todos. É um texto breve, é um testemunho, para um homem que foi vítima de uma infâmia, e que busca resgatar, pela palavra, a trajetória desse brasileiro, construtor de organizações sindicais, construtor do

Partido dos Trabalhadores, construtor da democracia no Brasil, Luiz Gushiken.
É um texto que se chama *Samurai*. Poucas palavras poderiam defini-lo melhor.

Samurai

A palavra e a espada.

Havia uma espada na sala do Samurai

Pousada sobre a madeira

e uma aguda noção de honra.

A palavra disparada em descargas curtas

traía o vulcão sob a neve, como o Monte Fuji.

Ensaava um exercício barroco incapaz de traduzir

- por escasso - a multidão de sonhos

que manteve este homem de pé

diante da dor e sereno diante da morte.

Deposito sobre a terra do teu peito devastado

este ramo de ipê coroado de branco

para cantar com as cerejeiras ancestrais

a eternidade fugaz de tua vida

agora entregue ao silêncio acolhedor

do meu verso e do meu coração.

Aqui repousa, dentro do meu peito

já aliviado de toda dor,

Aquele que não se deteve diante da infâmia.

A surda força dos vermes tão estridente

não alterou a serenidade ou a vocação

da semente que deixou de pulsar.

Aqui repousa a espada de sonhos do companheiro Luiz Gushiken:

metal colhido pela réstia de luz

que se evade pela janela da nossa indignação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:12

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - A sessão de hoje começa muito bem, com a inspiração da homenagem que se presta ao ex-Deputado Luiz Gushiken, um grande Parlamentar que honrou esta Casa durante toda a sua vida pública. Parabenizo a

bancada do Partido dos Trabalhadores por esta belíssima homenagem, à qual toda esta Casa se associa nesta oportunidade.

Senhoras e senhores convidados, em nome dos ilustres colegas Parlamentares que compõem esta Casa, dou-lhes boas-vindas à Câmara dos Deputados, onde agora se inicia comissão geral para debater um tema tão importante para os trabalhadores e para a economia brasileira: a terceirização.

Hoje, discutiremos o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004. Chamo a atenção para o fato de que esse projeto de lei é de 2004, estando, portanto, há 13 anos em tramitação nesta Casa. Mas a terceirização está na pauta da Câmara dos Deputados há muito mais tempo.

Além desse projeto, tramitam atualmente nesta Casa aproximadamente três dezenas de proposições que, com maior ou menor abrangência, tratam da matéria. Volto a registrar que nós temos mais de 30 projetos tramitando nesta Casa que, de maneira direta ou indireta, maior ou menor, tratam do assunto.

Durante mais de uma década, incontáveis audiências públicas foram realizadas, inclusive no âmbito da Comissão Especial que foi constituída para promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil, e que funcionou entre os meses de junho e novembro de 2011.

A profusão de propostas e os longos, e muitas vezes acalorados, debates a que esta Casa tem assistido há tantos anos são um claro reflexo da urgente necessidade de que o Parlamento se manifeste formalmente sobre a terceirização.

Nesse contexto, a primeira atitude que devemos ter é nos desarmarmos de preconceitos e nos abirmos aos debates, às opiniões que não coincidem com as nossas, aos desejos e necessidades do outro.

Digo isso tanto para aqueles que acreditam que o único caminho é o combate feroz à terceirização quanto àqueles que pensam que a solução seria a sua adoção absoluta, sem qualquer consideração às demandas sindicais. Nenhuma dessas é a resposta que o País espera de nós.

A terceirização é um fato e, num mundo globalizado, em que o Brasil precisa estar inserido com competitividade, nós não podemos fechar os olhos à sua existência. Talvez essa fosse a via mais fácil, mas não tenho dúvida de que seria também a mais irresponsável.

Entretanto, nós Parlamentares, como representantes do povo brasileiro, temos responsabilidades para com a Nação. Assim, diante da terceirização, que, na economia moderna, é um processo claramente irreversível, cabe ao Congresso encontrar um caminho para a sua regulamentação.

Mas isso deve ser feito respeitando-se, intransigentemente, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa, fundamentos tão caros à nossa República e aos quais a Constituição Cidadã de 1988 deu a mesma importância e legitimidade.

É imperioso, assim, que qualquer lei que venha a ser aprovada observe absoluto respeito pelos direitos dos trabalhadores, pela sua saúde e sua segurança, pelas conquistas históricas que, através de seus combativos sindicatos, obtiveram.

É preciso também que tenhamos consciência de que a economia atual exige níveis de especialização, de capacidade e de agilidade que, há pouco tempo, desconhecíamos. Enganase quem pensa que competitividade é significado de baixo custo. Ela implica, principalmente, eficiência.

Hoje, sem competitividade, nenhuma empresa, nenhum país, será saudável economicamente. E o insucesso de uma empresa é o que pode haver de pior para os seus trabalhadores.

Assim, senhoras e senhores, temos uma tarefa muito relevante hoje, neste Plenário. Devemos falar e expressar nossas opiniões, mas isso de nada valerá se também não estivermos abertos a ouvir e refletir sobre a posição do outro. Devemos ter em mente que opiniões aparentemente antagônicas podem, muitas vezes, ser também complementares.

Esta Comissão Geral, que agora se inicia, é mais um passo que esta Casa dá na discussão da terceirização. E eu tenho particularmente a profunda convicção de que, por sua relevância, será um passo crucial para a tomada de decisão do Parlamento nesta matéria.

Com essas palavras, quero declarar abertos os debates, na certeza de que poderemos, todos, obter valiosos frutos que nos orientarão no caminho que temos a seguir. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Eu quero acrescentar que a *TV Câmara* talvez tenha hoje uma das suas maiores audiências de toda a sua programação. Nós temos informações de que as atenções do País inteiro estão, a partir desta hora, voltadas para este debate, que talvez seja o último momento para um debate deste nível, para que depois nós possamos ter o processo decisório, democrático desta Casa.

Faço, portanto, um apelo para todos que aqui estão que tenham a consciência de que esta Casa não é a Casa, nem pode ser, da radicalização. Não é a Casa da irracionalidade. Pelo contrário, é a Casa que procura a convergência, o consenso e o amadurecimento das suas ideias para a sua decisão.

Portanto, convoco a todos a este instante de profunda responsabilidade. Todo o Brasil, sindicatos, trabalhadores, empregadores, empresários, opinião pública, todos estão

acompanhando nesta hora o Plenário da Casa do povo brasileiro.

Tomara que a gente possa dar conta do nosso trabalho nesta manhã e, em muito breve, na hora de votar esse projeto.

Assim sendo, eu passo de imediato a palavra ao primeiro orador inscrito, a começar pelo nosso queridíssimo Sandro Mabel, autor do projeto.

Com a palavra V.Exa., Deputado Sandro Mabel.

Boa sorte a V.Exa. na exposição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:21

Orador: SANDRO MABEL

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Ministros que compõem a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que esse projeto não é de terceirização. É um projeto de proteção ao trabalhador terceirizado. Quando nós fizemos o projeto, em 2004, eram 6 milhões de trabalhadores terceirizados. Agora, são 15 milhões. Daqui a 3 anos, serão 17. Daqui a 5 anos, serão 20. A terceirização na caneta, no Tribunal, aqui, ali, nós não vamos segurar, porque o mundo procura especialização.

Então, nós temos que primeiro pensar que nós não estamos votando a abertura da terceirização. Nós estamos votando, sim, Sr. Presidente, para 15 milhões de trabalhadores desprotegidos de lei hoje, que estão no limbo jurídico, que apenas estão amparados pela Súmula nº 331, que diz se é ou não é atividade-meio ou atividade-fim. Nós não podemos deixar 40 milhões de brasileiros que dependem dos 15 que trabalham sem uma lei. Então, eu não estou falando de terceirização, de ampliação. Nós estamos falando que nós não podemos continuar empurrando. Nós não podemos continuar falando que nós somos defensores de trabalhadores e não agirmos.

Esta Casa tem a responsabilidade de poder proteger 15 milhões de trabalhadores que hoje estão no limbo completo. O trabalhador perde o seu emprego, está ali, não consegue receber o seu salário, não sabe para quem vai reclamar, ele chega ali, trabalha terceirizado em muitos lugares, para maus terceirizadores, por empresas picaretas, que não são punidas porque não há legislação, não há obrigação. Servem ali.

Enquanto a empresa tem um restaurante bonito, seus trabalhadores comem ali, no ar-condicionado, uma comida quente, os trabalhadores terceirizados, muitas vezes mal terceirizados, estão comendo uma marmitinha. Os que são mal terceirizados. E são muitos.

Isso, sim, é precarização. Essa lei acaba com a precarização. É diferente de dizer que vai precarizar. É uma lei para que possamos crescer, para que possamos estabelecer um marco.

Eu queria pedir aos nossos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, eu queria pedir aos nossos Desembargadores, aos nossos Presidentes de TRTs que estão aqui... Nós vamos diminuir muito a luta que existe. Nós vamos diminuir muito, Presidente, o sofrimento desse trabalhador que perde o seu emprego e não tem para quem reclamar.

Esse projeto, quem o leu..., porque eu ouço muita gente falar assim: *Não, esse projeto precariza*. E eu falo que 17 artigos dos 21,

Dezessete artigos dos vinte um são de proteção ao trabalhador. Dezessete, e nós vamos falar que é um projeto que precariza? É um projeto que tira da precarização. É um projeto que nos dá condições de cuidarmos desses 15 milhões de trabalhadores que existem hoje. A terceirização vai ficar mais cara, porque as exigências vão ser iguais as dos trabalhadores normais. Esse trabalhador vai ser triplamente protegido, vai ser o trabalhador mais protegido do País. É um trabalhador que vai poder reclamar para sua empresa terceirizada. Se aquela empresa não pagar os direitos dele, é porque quem contratou não fiscalizou, e vai direto nela, é solidária, vai pagar diretamente. E ainda tem o seguro calote para cobrir alguma coisa que fique para trás, que vai ser retido.

Portanto, acredito que este é um projeto que temos de aprovar. Não vamos simplesmente empurrar para frente o projeto. Não vamos simplesmente pensar em arrecadação sindical, se estão ficando fora... Essas pessoas vão ser sindicalizadas em algum lugar.

Eu vejo que tem gente preocupada com a arrecadação, que vai perder arrecadação. Eu vejo aqui quanto se arrecada de imposto sindical, quanto se arrecada dos trabalhadores. Esses 15 milhões de trabalhadores pagam seu imposto, alguém recolhe deles, alguém recebe, alguém gasta o dinheiro deles, e não estamos protegendo-os.

Por isso, temos que acabar com isso, Sr. Presidente. Nós precisamos efetivamente esquecer essa história de precarização, esquecer de empurrar para frente uma decisão, porque a discussão desse projeto vem desde 1999.

Para concluir, queria pedir a cada um de vocês que são contra o projeto, muitos porque não leram, muitos por ideologia: vamos pegar o projeto, vamos acabar com a discussão dele, se tiver algum ponto que precisa ser discutido, vamos pensar nos 40 milhões de brasileiros, crianças, mulheres, pais, mães que estão desprotegidos.

Vocês que são sindicalistas recebem o imposto sindical desses 15 milhões também, de alguma forma. Vocês têm obrigação de protegê-los. Nós temos essa obrigação.

Eu vou lutar até o fim. Não acabo o meu mandato, não saio desta Câmara dos Deputados como covarde, que eu não protegi, que eu não trabalhei. Eu vou lá fora e vou dizer: *Meu filho, se você está desprotegido, deveria estar aqui, pedindo para os Deputados esses 15 milhões*. Os que podem ser precarizados são aqueles potencialmente: vai acabar isso, vai acabar aquilo. Sr. Presidente, são 15 milhões de trabalhadores que estão prejudicados, sem legislação.

Eu não acho que nós temos o direito, Ministro, de fazer com que esses 15 milhões de trabalhadores não tenham o mínimo de legislação. E esse projeto faz exatamente isso. Ele dá proteção para 15 milhões de trabalhadores em 17 dos seus artigos. Ele acaba com os picaretas, as empresas que terceirizam mal. Ele não deixa uma empresa terceirizar o que quiser, de todo jeito. Não! Ele simplesmente dá condição para a empresa ter um objetivo único, se especializar, ser (*ininteligível*) terceirizadora, dá segurança de receber o fundo de garantia, as férias, o décimo terceiro para ele poder criar a sua família.

Por isso, não vamos simplesmente matar o projeto. Vamos trabalhar para regulamentar a terceirização. Ela existe, 15 milhões de trabalhadores, no mínimo, e ela precisa de uma regulamentação.

Quero pedir a vocês: ajudem-nos nessa luta. Ela é boa para o Brasil, boa para 15 milhões de trabalhadores e importante para a Nação.

(Apupos nas galerias.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:12

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - A sessão de hoje começa muito bem, com a inspiração da homenagem que se presta ao ex-Deputado Luiz Gushiken, um grande Parlamentar que honrou esta Casa durante toda a sua vida pública. Parabênzo a bancada do Partido dos Trabalhadores por esta belíssima homenagem, à qual toda esta Casa se associa nesta oportunidade.

Senhoras e senhores convidados, em nome dos ilustres colegas Parlamentares que compõem esta Casa, dou-lhes boas-vindas à Câmara dos Deputados, onde agora se inicia comissão geral para debater um tema tão importante para os trabalhadores e para a economia brasileira: a terceirização.

Hoje, discutiremos o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004. Chamo a atenção para o fato de que esse projeto de lei é de 2004, estando, portanto, há 13 anos em tramitação nesta Casa. Mas a terceirização está na pauta da Câmara dos Deputados há muito mais tempo.

Além desse projeto, tramitam atualmente nesta Casa aproximadamente três dezenas de proposições que, com maior ou menor abrangência, tratam da matéria. Volto a registrar que nós temos mais de 30 projetos tramitando nesta Casa que, de maneira direta ou indireta, maior ou menor, tratam do assunto.

Durante mais de uma década, incontáveis audiências públicas foram realizadas, inclusive no âmbito da Comissão Especial que foi constituída para promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil, e que funcionou entre os meses de junho e novembro de 2011.

A profusão de propostas e os longos, e muitas vezes acalorados, debates a que esta Casa tem assistido há tantos anos são um claro reflexo da urgente necessidade de que o Parlamento se manifeste formalmente sobre a terceirização.

Nesse contexto, a primeira atitude que devemos ter é nos despirmos de preconceitos e nos abirmos aos debates, às opiniões que não coincidem com as nossas, aos desejos e necessidades do outro.

Digo isso tanto para aqueles que acreditam que o único caminho é o combate feroz à terceirização quanto àqueles que pensam que a solução seria a sua adoção absoluta, sem qualquer consideração às demandas sindicais. Nenhuma dessas é a resposta que o País espera de nós.

A terceirização é um fato e, num mundo globalizado, em que o Brasil precisa estar inserido com competitividade, nós não podemos fechar os olhos à sua existência. Talvez essa fosse a via mais fácil, mas não tenho dúvida de que seria também a mais irresponsável.

Entretanto, nós Parlamentares, como representantes do povo brasileiro, temos responsabilidades para com a Nação. Assim, diante da terceirização, que, na economia moderna, é um processo claramente irreversível, cabe ao Congresso encontrar um caminho para a sua regulamentação.

Mas isso deve ser feito respeitando-se, intransigentemente, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa, fundamentos tão caros à nossa República e aos quais a Constituição Cidadã de 1988 deu a mesma importância e legitimidade.

É imperioso, assim, que qualquer lei que venha a ser aprovada observe absoluto respeito pelos direitos dos trabalhadores, pela sua saúde e sua segurança, pelas conquistas históricas que, através de seus combativos sindicatos, obtiveram.

É preciso também que tenhamos consciência de que a economia atual exige níveis de especialização, de capacidade e de agilidade que, há pouco tempo, desconhecíamos. Enganase quem pensa que competitividade é significado de baixo custo. Ela implica, principalmente, eficiência.

Hoje, sem competitividade, nenhuma empresa, nenhum país, será saudável economicamente. E o insucesso de uma empresa é o que pode haver de pior para os seus trabalhadores.

Assim, senhoras e senhores, temos uma tarefa muito relevante hoje, neste Plenário. Devemos falar e expressar nossas opiniões, mas isso de nada valerá se também não estivermos abertos a ouvir e refletir sobre a posição do outro. Devemos ter em mente que opiniões aparentemente antagônicas podem, muitas vezes, ser também complementares.

Esta Comissão Geral, que agora se inicia, é mais um passo que esta Casa dá na discussão da terceirização. E eu tenho particularmente a profunda convicção de que, por sua relevância, será um passo crucial para a tomada de decisão do Parlamento nesta matéria.

Com essas palavras, quero declarar abertos os debates, na certeza de que poderemos, todos, obter valiosos frutos que nos orientarão no caminho que temos a seguir. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Eu quero acrescentar que a *TV Câmara* talvez tenha hoje uma das suas maiores audiências de toda a sua programação. Nós temos informações de que as atenções do País inteiro estão, a partir desta hora, voltadas para este debate, que talvez seja o último momento para um debate deste nível, para que depois nós possamos ter o processo decisório, democrático desta Casa.

Faço, portanto, um apelo para todos que aqui estão que tenham a consciência de que esta Casa não é a Casa, nem pode ser, da radicalização. Não é a Casa da irracionalidade. Pelo contrário, é a Casa que procura a convergência, o consenso e o amadurecimento das suas ideias para a sua decisão.

Portanto, convoco a todos a este instante de profunda responsabilidade. Todo o Brasil, sindicatos, trabalhadores, empregadores, empresários, opinião pública, todos estão acompanhando nesta hora o Plenário da Casa do povo brasileiro.

Tomara que a gente possa dar conta do nosso trabalho nesta manhã e, em muito breve, na hora de votar esse projeto.

Assim sendo, eu passo de imediato a palavra ao primeiro orador inscrito, a começar pelo nosso queridíssimo Sandro Mabel, autor do projeto.

Com a palavra V.Exa., Deputado Sandro Mabel.

Boa sorte a V.Exa. na exposição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:30

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: AMAURI TEIXEIRA

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Peço uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Amauri.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Ontem, à tarde, o nosso Líder estava se pronunciando e foi vaiado durante a sua fala, insistentemente, pelos patrões. O nosso Líder pediu que a Mesa silenciasse as galerias. Diferente de hoje, que vaiaram no fim, ele foi vaiado durante a sua fala.

Então, nós queremos aqui um tratamento equânime. (*Palmas nas galerias.*) Queremos um tratamento igual à galeria para trabalhadores e patrões, em todos os sentidos. Entendo a fala de V.Exa., mas esta Casa, cada vez mais, tem que tratar equanimemente as partes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Deputado Amauri, V.Exa. é testemunha do meu comportamento ao presidir esta Casa.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu só estou chamando a atenção de um fato que aconteceu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - V.Exa. é testemunha do meu comportamento ao presidir esta Casa. Concordo com V.Exa., é obrigação desta Presidência dar um tratamento equânime. Não importa se a vaia é no começo ou se o é no fim, mas não cabe aqui manifestação de vaias.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu estou só lembrando o que aconteceu ontem, para nós termos um tratamento equânime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Lamento profundamente o que tenha acontecido ontem. Eu não estava aqui, estou sendo informado por V.Exa., a quem dou razão.

Então, eu peço a compreensão de todos, porque este é o último debate sobre este tema que aqui se travará. Portanto, é hora de ouvir muito, porque, nos próximos dias, este plenário vai se reunir para votar essa questão. É hora de ouvir, até para se convencer e mudar. Esta é a última oportunidade democrática. Mais uma vez, eu faço um apelo... *(Manifestação nas galerias.)*

(Não identificado) - O exemplo está aí, Presidente. Quero uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Mais uma vez, eu faço um apelo. Não vai ser uma irresponsabilidade que vai impedir a realização desta sessão. Eu faço um apelo ao respeito e à educação política das pessoas que estão convidadas por nós para aqui estarem presentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:30

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: OSMAR TERRA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Osmar Terra.

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Denúncia?

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Há alguns minutos, eu fui impedido de entrar nesta Casa por representantes sindicais, pela CUT, Conlutas. Eles me impediram de entrar no Anexo II, agrediram-me — fui agredido — e me jogaram água.

Eu acho que esta Casa já suportou demais intervenções não democráticas. Isso não é democracia, porque aqui eu represento o povo brasileiro, tenho 131 mil votos para estar nesta Casa, e sem saber o que eu penso ou o que eu não penso me impediram de entrar. Isso significa uma obstrução antidemocrática, fascista, ao exercício da democracia a que os representantes do povo têm que ter o direito aqui.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço providências imediatas. Eu quero uma posição da Casa a respeito disso, porque não é o Deputado Osmar Terra, qualquer Deputado está sendo impedido de entrar pelo Anexo II, e isso é insuportável do ponto de vista democrático.

Então, Sr. Presidente, eu quero uma atitude da Mesa e quero que imediatamente termine a obstrução e o impedimento da entrada dos Deputados no Anexo II, que é o lugar por onde sempre entramos. Não é possível não podermos entrar na Casa do povo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Pois não, Deputado Vicentino.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Eu quero assegurar que o que o nobre Deputado acaba de falar não é verdade. (*Palmas nas galerias.*) Pode ser verdade o fato de ele ter sido agredido, mas as centrais sindicais, os dirigentes sindicais estão aqui muito bem orientados, são líderes responsáveis e jamais teriam essa atitude. Quem está impedindo a entrada muitas vezes é a Segurança, que muitas vezes não sabe quem é Deputado e quem não é.

Mas eu estou aqui para dizer que não é verdade o que ele está dizendo, porque os trabalhadores não fazem isso, a não ser que tenha alguém infiltrado, como já ocorreu há muito tempo, para poder depor contra os trabalhadores.

Não aceito isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Vá lá na frente, vá lá ao Anexo II agora, Deputado Vicentino. Vá lá ver o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Como é do meu dever, eu vou pedir ao Líder José Guimarães que assuma a Presidência, porque eu vou pessoalmente cuidar desse assunto. Quero apurar essa história, acredito que não é uma manifestação da classe trabalhadora, não deve ser, os líderes sindicais ontem se comprometeram conosco de aqui comparecerem com todo o respeito, eu acreditei na palavra deles.

Portanto, eu quero examinar pessoalmente o que está acontecendo, para evitar que isso se agrave por distorções ou por alguma coisa que possa comprometer a ordem nesta Casa. Peço ao Líder José Guimarães que assuma a Presidência enquanto eu vou pessoalmente cuidar desse assunto.

O Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Guimarães, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:36

Sem supervisão

Fase: CG

**Orador: ARTHUR OLIVEIRA
MAIA**

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. convidados, dentro da linha da boa convivência democrática, peço aos sindicalistas das Centrais Sindicais e aos nossos convidados que todos respeitemos o contraditório e as falas que eventualmente são divergentes de um lado e de outro.

Mas vamos ouvir agora o Relator da matéria, Deputado Arthur Maia, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, José Guimarães, meu caro Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Guilherme Caputo, Ministro Alexandre Agra Belmonte, Ministro Maurício Godinho, quero saudar o ex-Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que vem fazendo um grande trabalho, Deputado Décio, todos os que estão aqui participando desta importantíssima reunião que realizamos nesta manhã, os Parlamentares, os sindicalistas, os empresários e os representantes das mais diversas categorias que se fazem presentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, definitivamente é inaceitável que, com a economia que nós temos no Brasil, com o número aproximado de 12 a 15 milhões de trabalhadores que trabalham como terceirizados na nossa economia, nós não tenhamos até a presente data um marco regulatório que trate da terceirização no Brasil.

A falta desse marco regulatório tem feito com que as empresas, às vezes sem qualquer condição de funcionar como terceirizadas, entrem nesse mercado e tragam, de maneira permanente, graves danos à vida do trabalhador. Isso tem sido uma constante no Brasil. Recentemente, em Brasília, uma empresa com mais de mil trabalhadores simplesmente desapareceu. E nós vimos aqui milhares de famílias ficarem ao léu, sem nenhuma possibilidade de adquirir seu direito trabalhista.

Essa realidade precisa imediatamente ser enfrentada. E o Projeto de Lei 4330 vem justamente com o propósito de, em primeiro lugar, criar critérios para que uma empresa possa funcionar como terceirizada. O Projeto de Lei 4330 estabelece que a empresa, para funcionar como terceirizada, tenha objeto social único, tenha que ser especializada.

E, no debate democrático que realizamos, nós estabelecemos um critério interessante, plausível, do que seja especialização, pautado justamente com proximidade do já consagrado conceito da Lei nº 8.666, que já existe há muito tempo no nosso ordenamento.

Obviamente, aqueles que dizem que a terceirização está associada à precarização estão certos, mas o fazem de maneira maldosa, quando querem dizer que essa precarização não pode ser combatida se nós estabelecermos em lei os critérios que possam exigir que a empresa não seja uma empresa precária. É óbvio, Srs. Parlamentares, senhores e senhoras que estão aqui hoje participando desta sessão, uma empresa precária, necessariamente, produzirá relações de trabalho precário. E isso a lei definitivamente afasta. Quando nós estabelecemos critérios para que o contrato de terceirização exista, ele, com certeza, é a garantia de que não acontecerá a fraude contra o trabalhador.

Esse projeto de lei estabelece que, a cada contrato de terceirização que seja realizado, 4% do valor desse contrato será dado em garantia para que, ao final do contrato, as rescisões sejam efetivamente pagas. Isso não existe hoje, em prejuízo exclusivo do trabalhador.

Mas nós vamos adiante. E essa lei também estabelece que a fiscalização daquele que contrata tem que ser a cada mês. A fiscalização para verificar se as obrigações estão sendo objetivamente cumpridas. E, se não estiverem, cabe ao empresário que contratou a terceirizada fazer a retenção desse valor, para que ele possa ao final pagar diretamente ao empregado, com isso, evitar a precarização. Se assim não proceder o contratante, ele se transforma imediatamente em responsável solidário por toda e qualquer obrigação que tenha lesado o direito do trabalhador.

Ora, meus companheiros, meus amigos e minhas amigas, o exercício do debate desse projeto já demonstra, com clareza, a grandeza e a força da democracia brasileira. Esse projeto passou por três Comissões. Mais do que isso, tivemos uma Comissão Especial que debateu com profundidade a matéria, mas, quando ela chegou à Comissão de Constituição e Justiça, ainda assim, a Comissão de Constituição e Justiça estabeleceu que seria criada uma Comissão quadripartite. E essa Comissão foi constituída por nós representantes da Câmara dos Deputados, como Relator do projeto, pelas centrais sindicais, todas ali representadas, pela classe patronal, pelo Governo brasileiro, na presença de sete Ministérios do Estado, e construímos um texto, que avançou enormemente.

Este relator acolheu mais de duas dezenas de emendas propostas por trabalhadores e pelo Governo. Emendas essas que efetivamente garantem a grandeza desse projeto.

Se existem dificuldades, e isso é normal no processo legislativo e na polêmica, nós temos que resolver ou no acordo ou no voto. Mas, com certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que estão aqui hoje, o que não pode é o Brasil negar-se a oferecer a todos que vivem da terceirização uma legislação clara, para que nós possamos banir, de maneira definitiva, a insegurança jurídica.

Uma coisa é certa, Sr. Presidente: de tudo que existe neste processo o mais importante é acabar com a insegurança desse critério em atividade meio e fim que ninguém, ninguém até hoje teve condição de definir o que seja e que só tem trazido prejuízo para o trabalhador e insegurança jurídica para o empresário.

Esse projeto protege o trabalhador e, sobretudo, traz segurança jurídica para as relações de trabalho e de empresa no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Apupos nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Pedimos silêncio para continuarmos com nossa sessão.

Vamos fazer aqui um acordo entre as partes: evitemos vaias. Vamos estabelecer aqui, democraticamente, um rito, chamemos o feito à ordem: quando o orador terminar sua fala, as pessoas são livres para aplaudirem ou não. Quem quiser aplaudir, aplauda; quem não quiser, não aplauda. Mas evitemos essas palavras porque são ruins e podem complicar a nossa Comissão Geral.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:45

**Orador: MAURICIO GODINHO
DELGADO**

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Vamos ouvir o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Maurício Delgado, por 5 minutos com tolerância de 2 minutos.

O SR. MAURÍCIO GODINHO DELGADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, autoridades presentes, quero, em primeiro lugar, agradecer a gentileza do convite a colegas Ministros do Tribunal Superior do Trabalho para virem a esta Comissão Geral esclarecer o posicionamento de 19 Ministros do TST a respeito do presente projeto.

Quero, em primeiro lugar, ressaltar que não se trata de uma posição oficial da Corte, uma vez que, naturalmente, o Poder Judiciário, em si, não pode ter uma posição oficial a respeito de um projeto de lei antes de ele se tornar lei. Entretanto, trata-se de opinião de 19 Ministros da Corte Superior Trabalhista, os quais representam, em seu conjunto, considerada a composição hoje de 26 Ministros na Corte — existe uma vaga não provida ainda pela Presidência da República — 73,33% dos Ministros daquela Corte Superior. Naturalmente, nem poderia ser, não significa unanimidade, nem seria bom, mas são 73% dos Ministros.

Quero dizer que esses Ministros todos têm, no mínimo, 25 anos de experiência cotidiana, diária, no julgamento das questões relativas à terceirização. De maneira que se trata, não de uma experiência meramente formal, mas de uma experiência, e de dedicação de vida e de estudo a respeito dos efeitos da terceirização. Os 19 Ministros remeteram com todo respeito ao Parlamento, aos 513 Deputados, ao Presidente desta Casa honorável, a todos os membros desta Casa, seu documento escrito a título de contribuição ao aperfeiçoamento das instituições da República Federativa do Brasil.

Sinteticamente, porque o tempo não me permitiria ler, nem seria agradável ler o documento que já foi lido, com certeza, por todos os Parlamentares, quero fazer uma rápida síntese:

Em primeiro lugar, o projeto de lei claramente generaliza a terceirização. Na nossa concepção, dos 19 Ministros que têm, cada um, 25 anos, no mínimo, de experiência no exame de processos — e quero dizer que julgamos na média, como Relator, cerca de mil processos por mês no Tribunal Superior do Trabalho, o que mostra uma razoável experiência e conhecimento da realidade do Brasil —, o projeto generaliza, sim, a terceirização trabalhista no País. Ao invés de regular e restringir a terceirização, lamentavelmente, o projeto torna-a um procedimento de contratação e gestão trabalhista universal praticamente no País.

Esse é o grande problema do projeto — já, com toda lealdade, falei para o Deputado Arthur Maia, falei para o Deputado Sandro Mabel, de maneira que essa posição foi esclarecida.

É necessário regular a terceirização, sem dúvida, restringindo-a. Todos os exemplos de malefícios que a terceirização traz significam que é preciso que o Parlamento restrinja aquilo que provoca malefício social e não, que amplie. Os exemplos maléficis servem como diretriz para, exatamente, a restrição da terceirização.

De maneira que a terceirização, ampliada como seria, iria provocar o rebaixamento na renda do trabalho de cerca de 20% a 30% de imediato, o que seria um mal absolutamente impressionante na economia e na sociedade brasileira.

Além disso, ao se generalizar a terceirização, as categorias profissionais tenderão a desaparecer no País, porque todas as empresas, naturalmente, vão terceirizar as suas atividades. Esse desaparecimento das categorias profissionais terá um efeito avassalador sobre as conquistas históricas...

(O microfone é desligado.)

O SR. MINISTRO MAURÍCIO GODINHO DELGADO - ... trabalhistas sedimentadas há 70 anos no País e reconhecidas, inclusive, pela Constituição da República.

Além disso, naturalmente, a generalização da terceirização provocará uma piora nas condições de saúde, porque é isso que julgamos no dia a dia em milhares de processos. Não há um único exemplo de terceirização benéfica com relação à saúde. Então haverá uma forte piora na demanda do sistema oficial de saúde e uma forte piora nas condições de saúde da população brasileira.

Haverá também uma redução do mercado interno, porque 60% do PIB no País são produzidos pelo consumo das pessoas humanas e das famílias.

(O microfone é desligado.)

O SR. MINISTRO MAURÍCIO GODINHO DELGADO - ...uma renda do trabalho nesse porte, naturalmente, vai provocar uma piora significativa no funcionamento das próprias empresas, porque atingirá o funcionamento do mercado interno.

Nós temos também um problema fiscal que a terceirização vai produzir, porque praticamente todos os empregadores no País vão se tornar pequenas e médias empresas terceirizadas.

Portanto, haverá uma mudança radical no sistema econômico, social e trabalhista do País. Por essa razão, sinteticamente, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa. a tolerância do tempo, é que consideramos os 19 Ministros e também os 24 Presidentes de todos os tribunais do Brasil.

Para terminar, Sr. Presidente, quero lembrar que esse documento foi subscrito por 19 Ministros do TST, 73% da composição da Corte Superior, por todos os presidentes dos tribunais regionais do País, que estão aqui representados por dois Presidentes, por todos os corregedores dos tribunais regionais do trabalho do País, sendo também apoiado pela associação nacional de juízes do trabalho.

Parece-me que é uma experiência especializada relevante para ser considerada na análise da matéria.

Muito obrigado. *(Palmas prolongadas.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:51

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Vejam como a democracia é o remédio para os conflitos, com aplausos, ninguém vaiando e, assim, a nossa sessão vai caminhando bem, tanto para quem fala a favor como para quem fala contra. Assim se espera, é claro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 11:51

**Orador: GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS**

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Vamos ouvir agora o Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho, que disporá de até 5 minutos, com uma pequena prorrogação.

O SR. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS - Presidente, vou tentar manter o tempo que a mim foi concedido para trazer o testemunho de um juiz do trabalho que também conta com 26 anos de magistratura.

A princípio, pelos estudos que fiz, acho que o projeto hoje apresentado resolveria em grande parte essa questão da terceirização.

Eu sempre que procurei examinar essa questão da terceirização tive muita dificuldade em analisar o critério da atividade meio e da atividade fim. Quando fui estudar todos os precedentes do Enunciado 256 e depois da Súmula 331, não encontrei, confesso, nada que me levasse, que me transportasse a essa questão de atividade meio/atividade fim.

Então, assim como os Srs. Parlamentares pensaram este projeto que já passou por várias Comissões, o princípio, o critério da especialização, parece-me, num primeiro momento atenderia, até pelas exigências que se fazem com relação à especialização das empresas que prestarão aquele serviço.

Talvez a não-compreensão ou incompreensão desse assunto deva estar vinculado às minhas conhecidas e notórias deficiências de toda ordem. Eu fiz uma visita a um sindicato de trabalhadores na construção civil — desculpe-me, Sr. Presidente, mas a emoção toma conta e, evidentemente, há alguns atropelos aqui na minha manifestação —, mas fiz uma visita a um sindicato de trabalhadores da construção civil para exatamente conhecer as etapas de uma obra de construção civil e escutar deles exatamente o porquê de serem contra esse processo de terceirização que é um processo irreversível.

Eu fui estabelecendo cada etapa da obra. Exemplo, sondagem. E a sondagem? *A sondagem é feita por uma empresa especializada, com alta tecnologia. Com esses, vocês estão de acordo? Esses estamos de acordo porque eles são uniformizados, atendem no mesmo refeitório da empresa, no canteiro de obras, e têm todos os seus direitos trabalhistas garantidos. Enfim, somos a favor deles.*

Depois da sondagem, nós temos a movimentação de terra. Quem faz a movimentação de terra? *Uma empresa especializada, um maquinário pesado, pessoas muito habilitadas e treinadas para aquilo.* Mas esses vocês aceitam?

Não, nós aceitamos, porque eles estão amparados, os seus direitos são garantidos, utilizam do refeitório, da condução.

Muito bem! Avançamos na conversa e eu vejo que, no fundo, todos nós somos a favor da terceirização. *(Apupos na plateia.)*

Desculpem-me se, às vezes, a minha opinião não atende ao critério dos senhores. É democrática a manifestação.

A minha preocupação é de que nós estejamos tentando trazer para um projeto que cuida da terceirização de uma reforma sindical, e que não cabe. Evidentemente que não cabe. A proteção que se dá ao trabalhador das empresas prestadoras de serviço pode criar até um problema para o próprio mercado, porque ele é cercado de muitas garantias.

E fica aqui uma sugestão para os Deputados que se ocupam desse assunto. Por exemplo, na questão da solidariedade e da subsidiariedade. Ela é garantida na lei. Talvez, pela facilidade que as empresas terão de comprovar que efetivamente fiscalizaram pagamentos, depósitos, recolhimento dos tributos, depósito do Fundo de Garantia, pudéssemos inverter. Vamos trazer a solidariedade para um primeiro momento e ela, não comprovando, ou comprovando, passa para a subsidiariedade. É uma sugestão, mas isso já será uma garantia enorme para os trabalhadores que não ficarão sem ter os seus direitos garantidos. Os maus exemplos que a gente vê, aqui em Brasília principalmente, de empresas que abandonam os trabalhadores, são exemplos pontuais. Nós não podemos fazer com que eles comprometam a regularização e a regulamentação desse fenômeno, que é um fenômeno jurídico, social, econômico, não só jurídico.

Eu vi que, quando se fala em sobrecarga de acesso ao seguro desemprego, tem esse exemplo na construção civil. O que me foi dito foi exatamente o contrário. Quando a empresa é especializada e ela presta um serviço especializado para uma construção civil, ela vai prestar o serviço para uma primeira obra e; acabado o serviço, ela se desloca para outra obra. Ele não perde o emprego. Ele não sobrecarrega o seguro desemprego. Ele não deixa de recolher para a Previdência Social. Isso me pareceu uma coisa bastante lógica. E eu ouvi isso de trabalhadores.

Então, passa para obra. Exatamente.

O problema de acidente de trabalho, gente, é lamentável. Mas evidentemente que na PETROBRAS, onde 70% das atividades são delegadas a empresas prestadoras de serviço, evidentemente que o índice de trabalho será maior. Agora, isso não é por conta do fenômeno da terceirização, isso é por conta de falta de fiscalização de...

(O microfone é desligado.)

O SR. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS - E não o processo de terceirização. De forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, plateia...

O Sr. José Guimarães, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Peço para concluir, Sr. Ministro.

O SR. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS - Eu já estou concluindo, Presidente. Eu acho que o projeto carece talvez de alguns detalhes que devam ser ainda debatidos. E o Congresso Nacional, por certo, estará a debatê-los e fica essa sugestão talvez, dessa inversão do ônus da prova e da inclusão da exigência de uma certidão negativa de débitos trabalhistas, para que a empresa possa se apresentar como especializada.

Era essa a opinião, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Obrigado, Ministro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:00

**Orador: ALEXANDRE AGRA
BELMONTE**

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Ministro Alexandre Agra Belmonte, do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. ALEXANDRE AGRA BELMONTE - Sr. Presidente, meus colegas Ministros, nobres Deputados, convidados, sindicalistas, empresários, agradeço a oportunidade da manifestação. Li com bastante atenção o projeto de lei apresentado e sou um dos signatários do manifesto apresentado em relação à discordância em relação ao projeto, com todo respeito.

A terceirização está bem definida, no meu entender, na jurisprudência. Penso até que alguns ajustes nessa jurisprudência talvez fossem mais interessantes do que os ajustes no projeto. Então, ela está bem definida. E a terceirização é possível, quando se trata de prestação de serviço temporário: vigilante, conservação, limpeza. E o TST também entende possível a terceirização que diz respeito à atividade meio.

O que é a atividade meio? É a atividade secundária, aquela atividade que não é a atividade principal da empresa. Então, parece que esses limites já foram estabelecidos pela jurisprudência, estão vigorando há 20 anos na jurisprudência. E as empresas se adequaram a esses limites. Por que mudá-los? Qual seria a razão para substituir por um conceito

impreciso de especialização, trocando aquilo que é seguro por aquilo que se torna efetivamente seguro, no nosso entender.

Eu não estou falando aqui de 15 milhões de trabalhadores, estou falando de dignidade dos trabalhadores. (*Palmas nas galerias.*) E esses 15 milhões de trabalhadores têm sido tratados pela jurisprudência do TST de forma digna. E é essa dignidade que nós estamos pensando em preservar.

Os Ministros são favoráveis à terceirização. A Súmula 331, do TST, é uma demonstração de que são favoráveis. Eles não são favoráveis, com todo respeito, ao projeto apresentado e o conceito do qual esse projeto parte.

O problema, então, reside nos limites. E esses limites, como disse, foram postos pela lei, nos casos em que admite a terceirização, e também pela jurisprudência.

O que faz o projeto? Elimina esses limites. Se aprovado, com todo respeito, Sr. Presidente, a população vai cobrar dos congressistas os efeitos da aprovação. E vai cobrar também os efeitos da precarização das relações de trabalho, porque o projeto precariza as relações de trabalho. E essa precarização vai desde a redução de direitos básicos, como o salário — e nós sabemos disso:são 20 anos de experiência na magistratura —, até a redução da arrecadação de impostos, porque se o salário baixa, é menos imposto a ser arrecadado. Com certeza o interesse do Congresso não é o interesse particular do empresário, muito menos o interesse particular do trabalhador. E é por isso que o Congresso está, de forma democrática, oportunizando esses debates. Não se tem dúvida disso.

O que se deve perseguir, no meu entender, é o interesse do País. E parece que o interesse do País é direcionado exatamente na melhoria das condições de vida do trabalhador, e não na piora dessas condições de vida.

A Constituição é clara, no art. 7º, I, quando define os direitos sociais dos trabalhadores e outros que visem garantir a melhoria de sua condição social.

E precarizar, como ocorre no projeto apresentado, não é a melhoria da condição social é a piora das condições sociais, e isso é inconstitucional, e isso não pode ser feito. O que se quer é a preservação da dignidade da pessoa humana.

Sr. Presidente, não se pode realmente radicalizar;nem adotar o projeto radical de um lado — no sentido de permitir a terceirização indiscriminada para tudo, e nem, por outro lado, vedar a terceirização. É preciso encontrar um ponto comum, um ponto que satisfaça os trabalhadores e também satisfaça os empresários, mas que estejades acordo com a Constituição Federal, ou seja, que preserve a dignidade da pessoa humana, que observe o

valor social do trabalho, e, ao mesmo tempo, dê ao trabalhador a melhoria das condições de vida que a própria Constituição visa proteger.

Então, Sr. Presidente, concluindo, a Súmula nº 331 traça todos os limites que, no entender do judiciário trabalhista são necessários a que a terceirização possa se realizar no País, mas possa se realizar com dignidade para o trabalhador, com dignidade para a pessoa humana. Muito obrigado. (*Palmas.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:18

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: RICARDO PATAH

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores.

O SR. RICARDO PATAH - Bom dia, companheiras e companheiros, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, meu companheiro Santiago, Camilo.

Quero fazer, primeiro, algumas reflexões importantes, nesses 5 minutos. Eu vim hoje para Brasília e estou lendo o livro *1889*, do Laurentino Gomes, que recomendo que todos leiam. E essa atividade que estamos realizando aqui hoje remeteu-me à época em que estavam decidindo o fim da escravidão: a elite toda manifestando *escravidão, escravidão, escravidão*, e o povo clamando por liberdade. É o que nós estamos fazendo aqui hoje.

Não podemos permitir um instrumento que nasça da Casa das Leis que vá precarizar, que vá fazer com que o Brasil, que é um País rico, tenha cada vez gente mais pobre. (*Palmas.*)

A UGT é a favor de se aprimorar, a UGT é a favor de que se regulamente, mas do art. 4º precisa ser extirpado aquele item que permite que todos os trabalhadores possam ser terceirizados.

Nos Estados Unidos, a atividade de TI tem muitos indianos terceirizados, que recebem um décimo do que ganha o americano. Éo que vai acontecer no Brasil.

Por que não discutimos aqui a Convenção 158, a redução da jornada, o crescimento do Brasil? Por que nós temos sempre que debater e discutir o que é ruim para a classe trabalhadora?

Graças a Deus, temos muitos Deputados e Deputadas sensíveis a um Brasil de distribuição de renda, com seus 15 milhões de trabalhadores em condições de melhorar. Não há dúvida! Dentro da UGT, nós temos vários sindicatos com terceirizados. O SIEMACO, o próprio

SINDEEPRES, o SINTTEL, esses sindicatos muitas vezes têm acordos que são melhores do que o de outros. Nós temos que valorizar essa atividade.

Eu queria também, meus amigos, dar um recado para o nosso querido Sandro Mabel, que imagina sempre que o movimento sindical... Ele falou que quer imposto sindical. Quem quer dinheiro é o Sistema S. Quem quer dinheiro é a área patronal!

(Palmas nas galerias.)

O SR. RICARDO PATAH - Nós queremos trabalho, queremos dignidade, queremos fortalecer o nosso País!

Então, a UGT prega definitivamente isto: terceirização na atividade fim jamais!
Solidariedade! O povo... Essas empresas, muitas vezes, esses gatos da vida, precisamos acabar com eles!

É por isso que eu acho fundamental que, na Casa das Leis, se discuta o que é essencial. Hoje, nós vamos finalmente decidir. A voz do povo vai falar! As ruas já falaram. Até o Papa falou. Agora, nos resta ouvir o que esta Casa maravilhosa vai dizer aos milhões de trabalhadores: solidariedade e não à atividade fim terceirizada.

Vivam os trabalhadores do Brasil! *(Palmas.)*

O Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Décio Lima, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:24

Orador: AMAURI TEIXEIRA

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Hamilton Pereira da Silva, Secretário de Cultura do Distrito Federal. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, há denúncias de que a Polícia está reprimindo os trabalhadores lá fora. Nós estamos nesta Casa aqui com quase cerceamento de trânsito. Nós até entendemos. Agora, nós precisamos moderar esse tipo de conduta. Os trabalhadores vieram aqui fazer pressão legítima e não é legítima a repressão desmedida que está sendo feita. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) -Muito bem.

Deputado Amauri, o Presidente...

(Manifestações na galeria: abaixo a repressão.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Senhores, calma. Eu quero um pouquinho de silêncio.

O Presidente, inclusive, passou a Presidência dos trabalhos temporariamente para mim para diligenciar sobre eventuais episódios dessa natureza.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:24

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: PAULO PEREIRA DA SILVA

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, eu queria só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, eu estou pedindo para alguns Deputados irem comigo lá ver se a Polícia está batendo nos trabalhadores, se estiver, eu vou pedir para as centrais se retirarem deste Plenário, porque isso é um absurdo contra os trabalhadores aqui.*(Palmas.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:27

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: PRESIDENTE

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu quero..., senhores, só um minutinho.

Atenção.

Senhores, senhores, eu quero aqui, não. Antes, porém, senhores, senhores, antes, porém, eu quero pedir aqui..., eu quero pedir...

(Manifestação nas galerias.)

Senhores,...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, Décio Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Só um minutinho, Líder. Um minutinho.

Eu só queria pedir aqui a contribuição, sobretudo, dos Parlamentares. Eu acho que nós temos aqui uma responsabilidade ética de evitar que situações dessa natureza, no limite da

passionalidade, aconteçam. Nós temos aqui uma responsabilidade ética com o processo democrático.

Esta reunião, até o presente momento, está sendo conduzida, permitindo o contraditório, que as pessoas se manifestem. O Presidente Henrique Eduardo Alves se dirigiu para tentar construir uma solução no conflito, e nós temos que trabalhar com essa agenda, principalmente aqui o apelo aos Srs. Deputados.

Então, eu quero pedir que essa contribuição venha de quem é a expressão da democracia, que somos nós, os Deputados aqui, sobretudo. Ao tempo que peço encarecidamente às honrosas visitas, aos convidados, às Lideranças, às instituições que ajudem.

O debate está indo no alcance bom, do ponto de vista dos contraditórios, das explicações, para que depois nós possamos decidir e deliberar sobre essa matéria. Volto a registrar: não é hoje a decisão. Não existe ainda data para que esta Casa decida sobre o mérito do projeto de lei.

Eu ouço o Líder Deputado José Guimarães.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:33

Sem supervisão

Fase: CG

**Orador: GENIVAL BEZERRA
LEITE**

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu vou voltar, vamos voltar. Nós temos aqui uma lista enorme de pessoas inscritas, inclusive, dos Srs. Deputados.

O assunto está encerrado, já foi determinada a retirada dos anais, das expressões aqui incabíveis e que não contribuíram.

Com a palavra o Sr. Genival Bezerra Leite.

Com a palavra V.Exa.

O SR. GENIVAL BEZERRA LEITE - Sr. Presidente, demais membros da mesa, Deputados presentes, colegas sindicalistas e trabalhadores da galeria que nos assistem, é um pesar para os trabalhadores que estão externos a esta Casa e estão sofrendo essa repressão. Eu sou, Presidente, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados no Estado de São Paulo e represento, hoje, 700 mil trabalhadores terceirizados. Nós hoje temos a terceirização no Estado de São Paulo como a porta de entrada para o primeiro emprego dos trabalhadores, aqueles que estão iniciando o seu primeiro emprego. Do outro lado, também, é a porta dos trabalhadores com mais de 50 anos que já estão sendo excluídos do mercado de trabalho, porque após os 45 anos geralmente o trabalhador adquire a sua experiência

máxima e passa a não ser mais um trabalhador importante para as empresas. Enquanto poderiam estar aproveitando essa experiência dele, para transmitir para os novatos que estão entrando, não. Ele é excluído. Então, a terceirização aproveita esses trabalhadores, tem oportunidade para eles. Precisa-se realmente desses trabalhadores dentro desse segmento.

Hoje, nós, trabalhadores terceirizados, digo porque também sou um trabalhador terceirizado, precisamos de mais garantias, porque hoje nós temos apenas o 331, que na época em que foi elaborado seria o ideal para aquele momento, mas a economia se modernizou, cresceu e há necessidade de novas mudanças, de atender a novas demandas e, para isso, uma lei é essencial. Essa Casa vem discutindo o Projeto nº 4.330, que já sofreu várias modificações, precisa melhorar mais, pode ser que seja o projeto ideal, mas ainda precisa mudar algumas coisas.

Precisa do voto dos próprios Deputados, de passar pelo crivo desta Casa e do Senado, para ver se realmente este projeto atende a todos os trabalhadores hoje e no futuro. Não podemos pensar só no hoje, temos que pensar no que vem depois, porque a economia muda, ela é dinâmica. Novos postos de trabalho vão aparecer. Do jeito que o projeto está hoje, ele tiraria direito dos trabalhadores. Precisa ser feita uma análise mais profunda, porque, até o momento, não dá para analisar uma coisa que ainda não está pronta, que muda todo dia. Já chegamos a ter um projeto de manhã e, à tarde, outro. E ficávamos naquela: *Qual é o que está valendo, o da manhã ou o da tarde?*

Srs. Deputados, vejam bem o que está sendo votado, o que está pronto, analisem, façam conforme sua consciência e votem da melhor forma possível. Vejam o que realmente pode ser aprendido com a economia brasileira. Mais de 12 milhões de trabalhadores terceirizados em todo o Brasil esperam por melhoras. E os senhores podem ser, como dizem, a salvação de toda essa população. Caso contrário, nós vamos continuar do jeito que está: sem nenhuma segurança jurídica e sem melhores qualidades de vida para o trabalhador terceirizado. E é isso o que nos interessa.

Era esse o recado que eu tinha para passar aos senhores.

Muito obrigado. Conto com o voto de todos. *(Apupos nas galerias. Palmas.) (O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

O Sr. Décio Lima, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Guimarães, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:36

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: PAULO PEREIRA DA SILVA

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Vamos repor aqui a ordem dos trabalhos. O Deputado Paulinho da Força vai dar um informe sobre um episódio, se está tudo bem.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu fui lá, com alguns Deputados, entre eles o Deputado Daniel, e vimos que, na verdade, a única barreira que há é a da polícia. Está difícil de adentrar, mas todos os Deputados que estão querendo entrar na Casa têm entrado com tranquilidade.

Os trabalhadores, e não os bandidos, como diz o Deputado Perondi, estão fazendo seu protesto contra o projeto. Eu só tenho a lamentar que o Deputado Perondi venha aqui dizer que nós contratamos bandidos para jogar água em alguém. Os trabalhadores estão ali protestando. Eu quero dizer que tenho um grande respeito pelo Deputado Perondi, mas os bandidos, com certeza, não estão lá na porta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Obrigado, Deputado Paulinho da Força.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:39

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: PRESIDENTE

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Dando continuidade, vamos ouvir o Presidente da Central Única dos Trabalhadores e o Vice-Presidente da CNI, para concluirmos a primeira página de convidados. A partir daí, vamos intercalar, ouvindo um líder partidário, um convidado e um Deputado, democraticamente. O.K.? Acho que assim atende a todos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:39

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: WAGNER GOMES

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Com a palavra o Sr. Wagner Gomes.

O SR. WAGNER GOMES - Bom dia, companheiros, companheiras, Parlamentares, Presidente.

A terceirização foi criada e está sendo usada para rebaixar salário dos trabalhadores e para tirar seus benefícios.

Quando o Deputado Sandro Mabel diz aqui que o projeto vai proteger 15 milhões, é exatamente o inverso. O projeto vai escancarar para que todas as empresas possam terceirizar. Esse é o debate. O que está em jogo aqui, Sr. Presidente, Deputado Mabel, os empresários, os banqueiros têm que ter responsabilidade social neste País. E quando nós estamos tentando que o Brasil cresça e seja um País grande e solidário, aparece esse projeto, que é para baixar os salários dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Hoje, o que está mais ou menos sendo aceito como terceirizado é vigilância, limpeza e alimentação. O projeto do Deputado Mabel abre para que isso seja feito por todas as empresas.

No metrô de São Paulo, há 10 anos você entrava no pátio em que trabalham 2 mil pessoas, e todos estavam de macacão azul, eram funcionários do metrô.

Hoje você entra lá, tem macacão de toda cor, cheio de empresa terceirizada. E qual é a principal característica da empresa terceirizada? É pagar 60% do salário que os outros ganham e pagar menos benefícios que os trabalhadores do metrô ganham. Então, dizer que a terceirização é boa para os trabalhadores...

Como é que uma lei pode ser boa para os trabalhadores se ela abre a possibilidade de baixar salários, retirar direitos? Então, a responsabilidade deste Congresso é garantir que os que já estão terceirizados tenham um tratamento decente, que é vigilante, limpeza e alimentação, e não ampliar para todo mundo.

Portanto, Deputado Mabel, V.Exa., que tinha uma empresa de biscoito, de bolacha, eu acho que nem o senhor acredita no que o senhor falou aqui de que a terceirização vai melhorar. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Vai melhorar. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. WAGNER GOMES - Se o senhor dissesse assim: Vamos pegar os 15 milhões e vamos resolver, isso, nós topamos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - O projeto é para isso. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. WAGNER GOMES - Não, o projeto não é para isso! O projeto é para ir além do que já tem. O projeto é para deixar mais gente para ser terceirizada.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - São os oitenta (*ininteligível*)... (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER GOMES - Claro! Então, é para permitir que todos os trabalhadores possam ser terceirizados, possam ter seus salários, porque, se empresário, banqueiro, pode contratar um funcionário terceirizado ganhando menos do que o outro que está lá... O sistema capitalista funciona assim.

Então, Relator Arthur Maia, se for para regulamentar esses 15 milhões que o Deputado deu, esse não é o nosso problema. O nosso problema é que esse decreto abre a possibilidade de serem terceirizados todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. E a gente pede que o Congresso Nacional não avalize esse crime contra os trabalhadores e contra as trabalhadoras!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas nas galerias.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:45

Orador: ALEXANDRE FURLAN

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Sr. Alexandre Furlan, Vice-Presidente da CNI.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui presentes, para evitar me tornar repetitivo, eu gostaria de lembrar aquilo que o Presidente da Casa disse no começo: eu acho que quando estamos aqui a debater, nós devemos, em primeiro lugar, nos despir de preconceitos e respeitar as opiniões diversas.

Isso eu faço sempre. Milito no meio sindical há mais de 25 anos, faço e tenho o melhor convívio com os representantes dos trabalhadores, mas obviamente eu estou aqui para defender os interesses dos empregadores brasileiros. E, dentro dessa perspectiva, eu acho que cabe aqui repetir que a terceirização é, sim, uma realidade no mundo. A terceirização é uma forma moderna de organização das atividades econômicas. E combater a terceirização é combater a realidade dos fatos, do que acontece no País.

Para nós, o importante — já que vamos continuar terceirizando, como as centrais sindicais terceirizam, como o Superior Tribunal do Trabalho terceiriza, como os Tribunais Regionais do Trabalho terceirizam, como o Ministério Público do Trabalho terceiriza, nós vamos continuar terceirizando, sim — e o que queremos é ter segurança jurídica para terceirizar. É isso! Quer dizer, se eu não tenho uma lei, posso ter casuísmos, posso ter distorções. Se tenho uma lei, eu interpreto, extensiva ou restritivamente, de acordo com a minha consciência. Agora,

sem uma legislação, caio nos casuísmos que não são interessantes nem para os trabalhadores nem para os empregadores.

Eu ouvi aqui uma afirmação de que não existe um único exemplo de terceirização benéfica. Então, desculpem-me. Essas pessoas que estão terceirizadas no âmbito da Justiça do Trabalho, será que elas são precarizadas? Os digitalizadores de processo no âmbito do TST são precarizados?

(Manifestação nas galerias: Não, não, não.)

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Eu também acho que não! Eu também acho que não! Então, o que nos cabe discutir aqui é, primeiro, termos o projeto aprovado. Que ele tenha que sofrer modificações? Admitimos. Eu acho que o Relator do projeto, Deputado Arthur Maia, tem trabalhado à exaustão na tentativa de chegar a um consenso. Nós tivemos, convocados pelo Governo, uma comissão quadripartite. Discutiu-se à exaustão nessa comissão quadripartite. Entendemos as posições contrárias ao processo e as respeitamos. Agora, por que entendemos que o processo está bem conduzido?

Primeiro, porque a decisão de terceirizar não é do projeto; a decisão de terceirizar é feita pelas empresas, tendo em vista as suas necessidades técnicas e tecnológicas, as oportunidades de agregar valor nas cadeias produtivas, de gerar produto diferenciado e de agregar valor ao produto para o consumidor final.

Então, Sr. Presidente, eu acredito que nós não podemos simplesmente querer chegar aqui e fechar os olhos para a realidade. Todos que estamos aqui, indistintamente, todos aqueles que representamos aqui terceirizam determinadas atividades dentro do contexto das suas atividades. Todos, inclusive o Congresso Nacional terceiriza várias atividades.

Será que todos nós estamos precarizando, Sr. Presidente? Nós não estamos precarizando. Precarização, Sr. Presidente, são os 50% de trabalhadores informais que há neste País e não os 15 milhões de terceirados.

Por isso, somos pela aprovação do projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Apupos nas galerias e no plenário.)

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Vamos retomar aquele nosso acordo. A manifestação terá que ser... *(Manifestação nas galerias.)*

Meus caros, sindicalistas aqui presentes, a manifestação será com aplauso ou sem aplauso. Foi isso que nós combinamos no início da sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:48

Orador: ROBERTO SANTIAGO

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Conforme o combinado, nós vamos intercalar um Líder partidário, um Deputado inscrito e um convidado.

Falará agora, pela Liderança do PSD, o Deputado Roberto Santiago. V.Exa, dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lideranças sindicais de todo o Brasil, eu vou me ater aqui à preocupação que nós temos com os trabalhadores mais humildes deste País.

Eu escutei o representante do Tribunal Superior do Trabalho dizer, uma pena que ele não esteja mais presente, que a Súmula nº 331, do TST, representa a dignidade dos trabalhadores.

Se a Súmula nº 331, do TST, representasse a dignidade dos trabalhadores, meu querido companheiro Wagner, o metrô não tinha a terceirização que tem lá hoje, completamente indiscriminada; ou seja, não tem garantia nenhuma.

Se a Súmula nº331, do TST, desse alguma garantia para trabalhador, há cerca de 30 dias, a empresa que presta serviço nesta Casa não tinha quebrado e largado os trabalhadores na mão.

Se a Súmula nº 331 do TST desse garantia para trabalhador, aqui nesta Casa, o contrato da empresa de limpeza não estaria carregando com ele também o *cameraman*, o jornalista, o diretor da *TV Câmara*.

Que garantia dá a Súmula nº 331 do TST? Não dá garantia nenhuma a nada. A Súmula nº331 do TST diz que aqui nessa atividade x, você pode terceirizar. Portanto, não venham aqueles que subiram a esta tribuna hoje intitulados de Magistrados da alta Corte brasileira dizer que o TST está resolvendo as coisas dos trabalhadores terceirizados deste País. O que nós estamos tentando fazer aqui — é nós vamos ao cerne da questão de verdade — é que os trabalhadores da limpeza, por exemplo, lá em São Bernardo do Campo, possam se utilizar do ônibus da contratante, possam se utilizar do refeitório da contratante. O que nós queremos aqui é discutir o conjunto da classe trabalhadora, não discutir um pedaço da classe trabalhadora. É isso que precisa ser dito. Quando se fala que o Projeto de Lei nº 4.330, no

seu conjunto, no seu arcabouço geral, é maléfico à categoria, aos trabalhadores, isso é mentira. O que nós temos de tratar aqui especificamente é do art. 4º, em que as empresas pretendem terceirizar absolutamente tudo. É evidente que com isso nós não concordamos, que temos de tratar da especialidade. Nós temos de tratar de não permitir a intermediação de mão de obra, a precarização. Dizer que o projeto é totalmente maligno não é verdade. Quando se trata do art. 10 do relatório anterior, para dizer olha a questão sindical, da representação sindical, se resolve assim ou se resolve assado, não é o momento e não é lugar.

Estamos aqui chamando à reflexão os companheiros, as companheiras, os Deputados, as Deputadas para o fato de que esse projeto regula essa relação onde a precarização está estabelecida no Brasil, hoje. É impossível que um simples trabalhador da limpeza leve 3, 4, 5, 10 anos, para receber a sua rescisão de contrato de trabalho, para receber o seu Fundo de Garantia. É disso que se trata, e a lei trata disso. A lei estabelece vetores para que isso não continue acontecendo.

Nós precisamos aqui discutir o conjunto da classe trabalhadora. Não é discutir pontualmente as categorias. E discutindo o conjunto da classe trabalhadora, vamos parar para pensar e vamos ver que é o momento de aquele discurso permanente, inclusive desta tribuna, em outras oportunidades, quando os Deputados vêm aqui fazer referência aos trabalhadores simples desta Casa...

Eu tenho 7 anos de mandato. Aqui dentro já quebraram quatro empresas e deixaram trabalhadores na mão. E o Enunciado nº 331 não garantiu, o 331 não garante, quem vai garantir é a lei, é a lei que nós estamos propondo.

Vamos discutir o art. 4º, onde se pode terceirizar ou não. Estou absolutamente de acordo. E, se não houver a possibilidade de discussão, nós vamos ter que retirar o art. 4º, mas votar uma situação que possa garantir aos trabalhadores mais simples deste País os seus direitos. Muito obrigado. (*Palmas.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 12:54

Orador: RICARDO BERZOINI

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Próximo: Deputado Ricardo Berzoini, do PT-SP.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, companheiras e companheiros sindicalistas, empresários, colegas Parlamentares, quero iniciar somando-me à homenagem

que foi feita ao ex-Deputado Luiz Gushiken, dizendo que foi com ele que eu aprendi o valor da negociação coletiva e da organização dos trabalhadores; com ele eu aprendi a importância de termos sindicatos organizados e termos a força dos trabalhadores nas suas entidades.

O trabalhador, por definição, é hipossuficiente individualmente. Ele só adquire força a duras penas, quando está organizado em uma entidade representativa, democrática, transparente e que honra a missão de lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Esse projeto, com todo o respeito que eu tenho àqueles que o defendem, peca exatamente por misturar assuntos que não têm relação entre si.

Aquilo que foi dito aqui pelo meu companheiro de trabalho parlamentar, Deputado Roberto Santiago, em relação à proteção dos trabalhadores que já estão no Enunciado nº 331 e que, muitas vezes, são vítimas de terceirização malfeita... porque, se a Câmara dos Deputados não sabe terceirizar, é papel nosso corrigir essa terceirização. *(Palmas.)* Se o Tribunal Superior do Trabalho incorrer em erro, será papel do Poder Judiciário — e nosso, o de denunciar essa situação.

Vamos fazer uma lei para proteger esses trabalhadores, para ampliar a proteção que o 331 confere em parte, confere em parte, vamos ampliar essa proteção. Mas não é esse o cerne desse projeto.

Eu era Ministro do Trabalho quando recebi o Deputado Sandro Mabel com uma série de empresários para discutir esse projeto, que estava em elaboração. E, quando o recebi, deixei claro: Deputado Sandro Mabel, existe prestação de serviço prevista na legislação brasileira, não há nada que se acrescentar à lei para fazer prestação de serviço corretamente. *(Palmas.)*

Não há nada que se acrescentar à lei para respeitar a CLT e a Constituição. *(Palmas.)*

O que se está propondo, na verdade, é legalizar a interposição fraudulenta de mão de obra, prática de setores empresariais irresponsáveis que não têm compromisso com este País. *(Palmas.)*

Não é a totalidade dos empresários. Eu, como sindicalista, conheci empresário correto e empresário incorreto. Nunca levei a luta de classe para o ponto de igualar todos os empresários.

Esse projeto, Deputado Arthur Oliveira Maia — e quero reconhecer aqui o seu esforço de buscar o entendimento; tem sido V.Exa. um Deputado correto na direção de buscar o diálogo, a construção para chegar ao entendimento —, do jeito que está é inconstitucional. Como Ministro do Trabalho, eu também apresentei o projeto de reforma sindical. Vamos fazer a reforma sindical antes de discutir a terceirização. *(Palmas.)*

Esse projeto afronta o inciso XXVI do art. 7º, que diz que é direito social o reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho. Esse projeto afronta o inciso III do art. 8º, que diz que ao sindicato cabe a defesa dos interesses coletivos ou individuais, inclusive do âmbito judicial. Esse projeto afronta o inciso VI do art. 8º, que diz que é obrigatória a participação dos sindicatos na negociação coletiva de trabalho, e afrontam por quê? Porque esses três incisos constituem parte de um sistema, um sistema que foi pensado pelos constituintes para garantir, num país que tem unicidade sindical obrigatória — que sou contra —, num país que tem imposto sindical que atrela os trabalhadores a outros interesses, esse sistema, reconhecendo que existe isso — que sou contra —, esses incisos permitem e garantem que os sindicatos podem organizar a classe trabalhadora, e os sindicatos, podendo organizar a classe trabalhadora, acumulam força ao longo dos anos. Quando eu assumi a Diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em 1988, a nossa convenção coletiva era pequenininha. Hoje, vinte e tantos anos de luta depois, a nossa convenção coletiva tem inúmeros direitos acrescidos: PLR, auxílio-alimentação, auxílio refeição, proteção bancária, proteção aos homoafetivos. Isso é conquista, isso é patrimônio.

Para concluir, Sr. Presidente, este projeto prevê a fragmentação da organização sindical dos trabalhadores, mas não dos empresários. Os empresários vão continuar com suas entidades cartoriais, com seu Sistema S, e os trabalhadores vão se fragmentar. Ao se fragmentarem, esse patrimônio duramente constituído, apanhando de tropa de choque, com trabalhador demitido, com trabalhador com problemas psicológicos, essa dura conquista será jogada na lata do lixo.

Portanto, nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos enfrentar qualquer debate. Estamos abertos a qualquer conversa, a qualquer discussão séria, mas não contem com a bancada do PT para entregar o patrimônio de luta dos trabalhadores àqueles maus empresários que querem terceirizar a organização sindical do País. Não ao PL 4330!

(Palmas.) (Manifestação do plenário e da galeria.)

Vamos à luta para conquistar e para manter as conquistas que os trabalhadores tiveram ao longo de muita luta.

Este ano, no próximo dia 05 de outubro, nós comemoraremos 25 anos da Constituição Federal e 70 anos de CLT. Seria muito emblemático que este ano nós rasgássemos simultaneamente a Constituição e a CLT aprovando este projeto. Não à 4330!

(Palmas.) (Manifestação do plenário e da galeria.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:00

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - O próximo orador convidado é o Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira. V.Sa. dispõe de 5 minutos.

A partir de agora, teremos que terminar a sessão às 14 horas porque haverá Ordem do Dia. É regimental. Nós vamos seguir as inscrições. Se der, falam, pela ordem, um convidado, um líder e um convidado. Vamos ser rígidos no tempo.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA - Companheiros e companheiras, primeiro gostaria de registrar aqui o nosso protesto de que se isso virar moda, esta Casa não vai ser mais a casa do povo, vai ser a casa de meia dúzia de pessoas que tiveram o direito de estar aqui, mas que impediram o acesso da maioria. Os trabalhadores sempre participaram aqui de todas as questões, estão lá fora e estão querendo entrar. *(Palmas.)*

Outra coisa que eu queria falar — até olhei no dicionário — é sobre o que o ex-Ministro do TST disse de nós sermos escumalha. Escumalha quer dizer escória. Eu quero dizer que escória é quem, antes, dizia lá atrás que era a favor dos trabalhadores e que passa agora a ser a favor das multinacionais, dos oligopólios, prejudicando os trabalhadores brasileiros. Esses são escumalhas.

(Manifestação da galeria.)

Dito isso, vamos ao que interessa. Eu ouço alguns argumentos de empresários, pessoas boas, dignas, de que nós precisamos arrumar um jeito de acabar com a CLT. Como a gente acaba com a CLT? A gente pega esse projeto do Sandro Mabel, bota aqui, e aí a gente acaba com a CLT para ter competitividade, para ter mais condições dentro do mercado de trabalho.

Eu quero dizer aos senhores empresários: pra ter competitividade, tem que reduzir as taxas de juros; pra poder ter competitividade, tem que equilibrar o câmbio; pra ter competitividade, precisa parar de mandar 230 bilhões de dólares para o exterior em prejuízo da indústria nacional; pra ter competitividade, tem que lutar todo mundo junto pra impedir que a empresa nacional vá para o buraco, como está indo. Um mil cento e vinte e quatro empresas foram adquiridas por empresas estrangeiras, senhores! E isso não se olha. Estão acabando com o parque industrial nacional! A gente não pode permitir isso!

E agora, para fazer o superávit primário, os caras querem pegar o nosso querido pré-sal e entregar para os carteis estrangeiros. Isso nós não vamos permitir. *(Palmas nas galerias.)*
Dia 21, nós estaremos na rua, como estivemos no mês passado.

Agora, vejam os senhores, vêm falar pra mim dessa questão da terceirização. O que está se fazendo — O Sandro Mabel, que me citou aqui, sabe disso — é generalizar essa terceirização, botar mais milhões e milhões dos trabalhadores para se somar com esses 14 milhões que foi dito aqui, e aí virá a lei da selva. Não tem direito rasgar a CLT e permitir que eles façam o que quiser com o trabalhador mais humilde.

Mas eu queria dizer pra vocês o seguinte: nós enfrentamos várias situações neste Congresso. Não vai ser impedindo que os nossos trabalhadores entrem que vão aprovar, na calada da noite, essa situação de precarização do trabalho brasileiro. Sabem por quê? Porque nós temos patriotas, como aqueles dois primeiros Ministros falaram aqui defendendo que não aprovam. Dezenove Ministros do TST se colocaram contra. As centrais todas estão contra a essa situação.

Por que então querem enfiar na goela da gente? Querem resolver o problema da falta de compatibilidade, dentro do nosso sacrifício.

Não. Isso é muito fácil. Tem que ter coragem para enfrentar aqueles que querem destruir a Pátria; tem que ter coragem para se juntar com os trabalhadores e impedir que a indústria nacional vá para o buraco; tem que ter coragem para ver que os trabalhadores que constroem essa Nação, que constroem este Brasil.

Por isso, encerro dizendo que o projeto, quando ataca a responsabilidade solidária, quer dizer o quê? O cara vai ser terceirizado, vai ser trabalhador de segunda categoria, vai ser prejudicado, vai perder 30% a 40% do seu salário.

Oxente! Para que vocês querem isso? Vocês querem uma revolução? Vocês querem uma briga eterna? A contradição não está aqui, está em defesa da Nação, contra aquelas aves de rapina, que querem destruir o Brasil, que querem acabar com suas economias, que querem acabar com seus recursos naturais, que querem fazer o trabalhador como trabalhador de segunda categoria. Não. Não vai passar.

Aqui está a CGTB, está a CUT, está o UGT, a Nova Central, a CTB, a UGT. Falo com o nosso amigo Roberto Santiago: Saia dessa, Roberto. A realidade é diferente. Saia dessa vida. Soma-se com os trabalhadores, porque senão você vai pagar caro por essa dubiedade que você está demonstrando aqui.

Viva os trabalhadores brasileiros! Viva o Brasil! Estamos nessa companheiros!

(Palmas nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:06

Orador: LAERCIO OLIVEIRA

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Próximo orador é convidado que representa a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Deputado Laercio Oliveira, que é o Vice-Presidente da Confederação, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas presentes, quero cumprimentar todos os trabalhadores que prestigiam esse encontro e todos os líderes sindicais aqui presentes. Quero iniciar contando-lhes uma história rapidamente. Eu fui Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental. Certa feita, recebi a visita de um grupo de trabalhadores. Eles queriam saber onde eu encontrava a empresa X. Essa empresa tinha fechado suas portas, abandonado seus trabalhadores, e eles estavam sem receber os seus sagrados direitos. O tempo passou. Hoje eu tenho a honra de ser Deputado Federal do Brasil e estou aqui neste Parlamento para lutar exatamente pelos direitos da população brasileira.

Se essa lei, que nós estamos tentando escrever aqui, existisse lá atrás, eu diria para eles: *O seu contratante vai pagar suas contas, você terá todos os seus direitos respeitados. É isso. (Manifestação nas galerias.)*

Sr. Presidente, minhas primeiras palavras foram exatamente de respeito para todos. Assim, eu quero começar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Deputado Laercio, vamos seguir a audiência. Está bem. Por favor, nos ajudem as galerias, ok?

Vamos, democraticamente, aceitar, educadamente, a palavra do Vice-Presidente da CNC. Por favor.

Deputado Laercio.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Gostaria que V.Exa. voltasse o meu tempo ali, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Ao final. Gente, tem uma Mesa dirigindo os trabalhos. Ao final, nós compensaremos, Deputado Laercio, ok? Por favor.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Eu defendo, senhoras e senhores, as relações de trabalho livre.

O discurso pregado pelas centrais sindicais, de precarização do trabalho, foi por água abaixo. Não existe isso.

No ano 2000 eram 3 milhões de terceirizados no País. Hoje, 2013, são 15 milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil. Em 2020 esse número dobrará. É uma tendência natural.

Portanto, o ilustre Deputado Sandro Mabel e o Relator, Deputado Arthur Maia, têm gastado o tempo deles para produzir uma lei para o Brasil. E essa lei traz realmente proteção. O problema é que as pessoas criticam, criticam, mas sequer leram o texto da lei.

A maioria dos artigos traz segurança jurídica. O que nós estamos fazendo aqui, enquanto empregadores? As centrais sindicais deveriam estar nas tribunas, ou a de lá ou a daqui, defendendo a lei. E o grupo quadripartite foi formado sim. Nós abrimos mão, passamos várias segundas-feiras tentando construir um texto de consenso. Não foi possível.

Infelizmente não foi possível.

Eu gostaria muito que esse texto avançasse. Agora, desprezar a lei? Uma lei que só contempla vantagem para os trabalhadores? Isso não existe. É preciso bom senso, é preciso compreensão da parte de todos para com essa questão.

Eu quero dizer principalmente aos Deputados e Deputadas que, a partir da próxima semana, se Deus quiser, a gente começará a discutir a lei aqui dentro da Casa, no voto. Vamos discutir, ouvindo a opinião de todos e votando a lei, votando a lei.

Eu quero deixar muito bem claro para todos, e, durante a semana passada, eu ouvi vários colegas meus aqui, da tribuna, criticando o projeto de lei. Acho que não leram o projeto, porque as palavras ditas na tribuna são palavras que não têm nenhuma sintonia, não têm nenhuma sintonia com o texto produzido pelo Deputado Sandro Mabel e pelo Deputado Arthur Oliveira Maia. Portanto que quero dizer a todos — todos — que o projeto de lei que votaremos aqui nesta Casa não retira nenhum direito dos trabalhadores.

(Manifestação das galerias. Mentiroso! Mentiroso!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Companheiros sindicalistas, ajudem, porque a sessão... Se não, nós vamos impedir que outros dirigentes falem pela ordem aqui. Por favor, Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Não adianta. Não adianta. As centrais sindicais têm consciência. As centrais sindicais fazem terceirização. Interessante, não é? E são contra o projeto de terceirização.

Mas eu quero dizer-lhes outra coisa. Sem a terceirização, o Brasil para. Todo o mundo aqui sabe disso. Todo o mundo aqui sabe disso. Ou não é verdade?

(Manifestação nas galerias. Não!)

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Claro que é verdade.

(Manifestação nas galerias. Não!)

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Então, não adianta remar contra a maré, o ditado popular que diz. Vamos falar abertamente, francamente. Eu acho que nós, principalmente as centrais sindicais, precisamos tirar as máscaras, nós precisamos ir ao debate limpos, entendendo que, acima de tudo, acima de legenda partidária e a exemplo de sigla partidária, está o País. Nós somos brasileiros. Precisamos pensar, no nosso País, em dias melhores para os trabalhadores.

Aqueles que não têm oportunidade de ter a sua carteira assinada através de um concurso público — e vocês sabem que cada vez é mais difícil ser aprovado em um concurso público, porque nós estamos falando da base da pirâmide social — existe uma oportunidade, existe uma oportunidade que é exatamente as empresas terceirizadoras, a terceirização do serviço.

Aliás, aliás, projeto de proteção ao trabalhador. Esta é a palavra de ordem: projeto de proteção ao trabalhador. Não existe mais trabalhador de primeira e de segunda categoria...

(Tumulto nas galerias .)

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - ...existe trabalhador brasileiro, com relações trabalhistas modernas, que eu defendo. A esta CLT engessa a gente precisa dar mais transparência e leveza, para que o Brasil avance e consiga os resultados que todos os brasileiros merecem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Obrigado, Deputado Laercio Oliveira.

(Tumulto nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:15

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Por favor! *(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

Nós vamos solicitar, mais uma vez, ordem democrática, para os trabalhos continuarem a bom termo. Segunda observação: o Líder ausente, o Deputado ausente e o convidado ausente, pela ordem, perdem a oportunidade, para não chegarem depois... Os Líderes, os que estão presentes, ficam chegando... Não. Vai haver uma ordem: ausente, perde a oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Fala agora o Líder Roberto de Lucena.
Está presente? (*Pausa.*) Ausente.

Líder Glauber Braga, do PSB. Em seguida, um Deputado e voltamos para a entidade. Olha, os Deputados que estão vindo à Mesa ajudem, porque, sabem, tem uma ordem aqui. Para os senhores terem uma ideia, são 33 Deputados inscritos — Deputada Janete, Deputado Ivan, Deputado Ferri... — e eu não vou pular a ordem, porque é mais democrático assim. Então, nós vamos seguir a ordem pacientemente aqui, com aquela pisadinha democrática aqui no Plenário Ulysses Guimarães, o.k. ?

O Deputado Glauber, do PSB, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, Deputados e Deputadas, representantes de todas as Centrais, trabalhadores e o público que nos assiste aqui neste momento, em primeiro lugar, parte-se de uma premissa extremamente falsa. Alguns dos meus antecessores — e aqui eu falo com todo o respeito ao Deputado Sandro Mabel, ao Deputado Arthur — partem de uma lógica, e o Deputado Sandro Mabel fez isso na sua fala, que não é verdadeira. Que lógica é essa? A terceirização não pode ser segurada.

O segundo pressuposto de que se parte: a especialização exige terceirização, como se especialização e terceirização sinônimos fossem, e não é. Essa conversa de que a terceirização não pode ser segurada lembra muito o que nós vimos na nossa História, das mãos do mercado que tudo acerta e resolve. Mentira, mentira e mentira!

Está colocado, de uma forma mais clara e prática, que nós precisamos, sim, regular, acompanhar, ter a oportunidade de ter um Estado forte e trabalhadores organizados para poderem, sim, ter a capacidade de intervir na realidade social. E o projeto — e, por isso, a nossa defesa, a defesa que o PSB vem fazendo é claramente contrária —, ele sim, trata especificamente da terceirização para a atividade-fim. Ou seja, ele está abrindo as portas para que isso aconteça, e isso nós não podemos aceitar. Nós fazemos uma defesa enfática contra a tramitação dessa proposta.

O Deputado Sandro Mabel disse que os Deputados que estão contra essa matéria ou não a leram ou estão contra essa matéria por conta da ideologia. Eu quero dizer ao Deputado Sandro Mabel, com todo o respeito, que eu não me incluo entre aqueles Parlamentares do primeiro grupo, porque li a matéria, mas quero dizer ao Deputado Sandro Mabel que, se

ideologia é um conjunto de ideias — a gente aqui faz a defesa da ideologia de defesa dos trabalhadores e do desenvolvimento nacional —, sim. Claro que sim. Nós somos conscientemente contrários à aprovação dessa matéria. *(Palmas.)*

Meus amigos, há um argumento muito utilizado: *Não, mas essa matéria já está tramitando há tantos anos!*. Com uma matéria tramitando há tantos anos, não há como mais a Câmara Federal não deliberar sobre o assunto. Mas uma vez, eu não posso deixar de dizer que não é verdade. Há matérias do interesse dos trabalhadores que estão tramitando na Câmara Federal, há muitos e muitos anos, e até hoje essas matérias não foram votadas. *(Apupos nas galerias.)*

Que a gente possa, se esse é o rigor que vai ser estabelecido para que uma matéria seja deliberada, avaliar também no plenário a jornada de 40 horas, que a gente avalie, no plenário, o fim do fator previdenciário, que a gente possa ter aqui a oportunidade de deliberar sobre aquelas matérias que são de interesse dos trabalhadores. *(Palmas nas galerias.)*

Presidente, para encerrar a minha fala, eu gostaria de fazer uma menção específica à reunião que houve com o Presidente Henrique Eduardo Alves, representantes das centrais, representantes dos partidos políticos, na qual ele assumiu um compromisso.

Ele disse que esta Comissão Geral, no dia de hoje, não seria um indicativo automático de votação dessa matéria no plenário. Hoje, eu ouvi do Presidente Henrique Eduardo Alves que essa matéria necessariamente tem que ser votada. Com o senso de justiça que o Presidente tem, eu estou seguro que ele vai cumprir com a posição da reunião que foi tratada e não tenha votação dessa matéria como algo imediato e como algo e que não possa ser discutido e trabalhado.

Não a esse projeto de lei que precariza as relações de trabalho! Que não beneficia em nada os trabalhadores! E que abre as portas, sim, para que a gente tenha um desenvolvimento rebaixado no nosso País! O que a gente quer é um desenvolvimento soberano, em conjunto com o fortalecimento dos trabalhadores.

Muito obrigado. *(Manifestação nas galerias e no plenário.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:21

Orador: SANDRO MABEL

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL (Pela ordem.) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Pela ordem, Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - O artigo 74, VII, prevê... O Deputado Glauber Braga, com todo o respeito que eu tenho por ele, amizade e tudo mais, citou a gente de forma depreciativa. Eu gostaria de poder usar a palavra para fazer uma colocação, Sr. Presidente. *(Manifestação nas galerias e no plenário.) (Apupos nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) -Deputado... *(O Presidente faz soar a companhia.)*

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Está previsto no Regimento da Casa, Sr. Presidente. Eu não posso ficar... O Deputado, que é meu amigo, na emoção, chamou-me três vezes: Mentiroso! Mentiroso! Mentiroso!
Então, eu queria dizer ao senhor que eu queria ocupar... *(Manifestação nas galerias e no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Deputado Sandro Mabel, por favor, por favor. *(Manifestação nas galerias e no plenário.)*
Nós vamos dar ao Deputado Sandro Mabel 2 minutos. Por favor, 2 minutinhos.
Em seguida, a gente retoma, por favor.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Sr. Presidente, a visão que nós temos é a seguinte. Eu tenho, pelo Deputado Glauber Braga, maior respeito, maior carinho. Nós temos muitas lutas juntos. *(Manifestação nas galerias e no plenário.)* O que acontece, Sr. Presidente, é que o conjunto dos artigos do projeto realmente protege o trabalhador.
Eu acho que há pontos que a gente tentou tirar. Alguns pontos como o artigo 10º, que era muito problemático, foi modificado para ficar na Constituição. E o art. 4º, que é a questão da essência para maior abertura da terceirização.

Eu acho que, no mais, você vê lá a proteção do trabalhador, na questão da alimentação, do transporte igual, de poder usar assistência ambulatorial. Ele vai ser o trabalhador mais protegido. Ele é triplamente protegido pela empresa que ele trabalha, pela empresa que é solidária, caso aquela... e pelo Fundo Calote, um seguro calote que existe.

Eu acho, e é o que eu tenho falado, que nós precisávamos nos unir, porque me dói muito... Eu não fui dono de empresa. Eu cresci amassando... Eu já carreguei muito saco de farinha, de açúcar. Como diz o Amauri Teixeira aqui, eu já queimei muita rosca nos fornos. *(Risos.) (Manifestação nas galerias.)*

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Na verdade, Sr. Presidente, e estou concluindo, eu venho de uma classe que trabalha, eu venho de carregar saco de farinha, o meu pai era pobre, nós trabalhamos, mas aquilo tudo nós reconhecemos e demos a condição para o nosso trabalhador, também, ter a casa, ter o estudo dos filhos.

Então, o que eu acho é que precisamos nos unir, e unir a vontade de proteger o trabalhador, que existe dentro do projeto, os artigos que protegem, com os artigos que possam ter algum problema, nós juntarmos isso e não simplesmente dizer: vamos deixar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Deputado Sando Mabel, eu já dei 1 minuto a mais a V.Exa.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Estou concluindo, Sr. Presidente. Nós temos que juntos fazer essa união, proteger os 15 milhões de trabalhadores hoje que estão desprotegidos e não ameaçarmos os trabalhadores para a frente. Eu sou desse princípio. Então, vamos trabalhar juntos, construir alguma coisa que está muito perto de uma construção, e protegeremos todos.

Obrigado, Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:24

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - O próximo orador é o Deputado Francisco Chagas. *(Ausente.)*

Carlos Zarattini. *(Ausente.)*

Luci Choinacki.

Há uma solicitação na mesa, vamos ver se todos concordam, para reduzirmos o tempo para 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Pela ordem, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Minha sugestão é o contrário. Nós convidamos aqui dezenas de pessoas para um tema tão polêmico. Nós não vamos reduzir. E, mais, eu peço que V.Exa. comunique ao Presidente Henrique Eduardo Alves, para aumentarmos o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Não vamos acatar a sugestão. Serão 5 minutos, pronto. Não vamos perder tempo, Deputado Ivan Valente. Serão 5 minutos. Está resolvido. Não vamos perder tempo. A próxima oradora é a Deputada Luci.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem. A ordem de Ivan é a mesma minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Já está resolvido.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não é nesse sentido. Não é preciso que a reunião comece às 14 horas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pode começar às 15h, 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Quando forem 14 horas, nós vamos tratar do problema.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Nós queremos ampliar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Deputado Amauri, por favor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:27

Orador: LUCI CHOINACKI

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho cumprimentar a CUT, na pessoa da minha grande amiga Carmen, e todas as entidades sindicais presentes e mobilizadas contra a precarização do trabalho no País.

Fiz questão de falar da Carmen, porque normalmente as mulheres são tratadas de forma um pouquinho diferente. Então, nós mulheres lembramos a nossa força de trabalho e a importância que nós temos para a economia deste País e para a segurança da família e do Brasil.

Este momento de debate que estamos vivendo é muito importante, porque vamos levantando questões relevantes para um País como o nosso, cuja economia cresce. O Brasil saiu de uma condição de dependência para construir a sua soberania. Desde então, as empresas do Brasil aumentaram seus lucros, porque podem fazer comércio com o mundo inteiro. Isso começou com o Presidente Lula, com a Presidenta Dilma, que abriram as fronteiras. Então, não somos um País de pobreza; somos um País rico, que precisa tratar os seus trabalhadores com respeito, dando-lhes todas as garantias para que sejam respeitados e valorizados no Brasil.

Quando a economia está indo mal, diz-se *não dá para pagar melhores salários e dar melhores condições de trabalho*. Mas, quando o País está numa situação de privilégio, como nunca esteve antes, precisa cuidar com responsabilidade do povo, que produz a riqueza,

para que as máquinas do Brasil funcionem, para que a economia funcione.

Por isso, precarizar o trabalho é não reconhecer que sem povo e sem trabalhador não há economia do País.

Se é ruim para os homens o trabalho precarizado, imaginem para as mulheres, que muitas vezes não têm tempo nem quando estão menstruadas de ir ao banheiro. O desrespeito é grande! É preciso, sim, haver respeito.

Sr. Presidente, eu fico feliz de a bancada do PT ter uma posição fechada contra esse projeto, defendendo que a Constituição brasileira seja respeitada e que se ampliem os direitos dos trabalhadores com responsabilidade, porque o capital e o trabalho podem conviver, desde que haja responsabilidade social e respeito à mão de obra.

Quero dizer o seguinte: trabalhador doente, cansado, produz menos, até a inteligência para o trabalho aumenta quando tem menos horas de trabalho. Por isso, para as 40 horas para a jornada de trabalho, é fundamental que votemos sim, porque quando estamos em condições, a gente produz mais, produz melhor e temos que trabalhar com alegria, não como escravos.

Por isso, Sr. Presidente, temos a opinião de que é importante o que estamos discutindo e é importante que nós, nesta Casa, não ajudemos a prejudicar os trabalhadores, mas elevemos as condições e é uma condição de classe, sim, uma opinião. Eu que sou trabalhadora rural sei o quanto foi difícil conquistar algum direito neste País e não podemos, em momento algum, diminuir direito, pelo contrário. Precisamos aumentar os direitos como a economia cresce. Aliás, dizia-se no Brasil que o povo era destinado à pobreza, que era impossível resolver os problemas da pobreza. Só um governo democrático e popular tiraria o povo da pobreza, resolvendo o problema da economia, da industrialização, da cultura, dos direitos como nunca antes na história do Brasil. Por que vamos retroceder? Vamos avançar.

Por isso, contra esse projeto. Que se busquem soluções imediatas, porque a gente não pode conviver com o sofrimento do povo e nós, que defendemos sempre a democracia, vamos continuar batalhando por ela, porque ela é uma conquista do povo brasileiro, das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Viva o povo brasileiro, que sempre se mobiliza pelo seu direito e nunca abaixa suas bandeiras. *(Palmas.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:30

Orador: VANDER MORALES

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Próximo convidado, o Sr. Vander Morales, Presidente do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra e de Trabalho Temporário do Estado de São Paulo.

Por favor, respeitemos o Sr. Vander Morales.

O SR. VANDER MORALES - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu represento um sindicato de empresas de trabalho temporário e de terceirização no Estado de São Paulo com 5 mil filiados. Represento também uma federação nacional com 32 mil empresas.

Bom, o setor de serviços hoje no País é o setor que mais emprega formalmente com carteira assinada. Basta ver que uma empresa, somente uma empresa na área de *call center*, emprega 140 mil trabalhadores. A maioria dessas pessoas que trabalha na terceirização é jovens, pessoas com idade mais avançada ou pessoas com pouca qualificação, que encontram nesse modelo de contrato, nessa atividade, uma forma de ascender, de treinar, de conquistar o seu crescimento profissional.

O estudante, com o salário do trabalhador, o salário terceirizado, na empresa terceirizada, consegue pagar sua faculdade, seus estudos e depois, óbvio, almejar um cargo ou um emprego melhor.

As empresas de prestação de serviço hoje já estão dentro de outro conceito, um conceito de modernidade, de proteção ao trabalhador. Para o empresário, não interessa salário baixo. Essa conta é muito fácil, porque o faturamento da empresa de serviço terceirizado é pelo salário. Então, quanto maior o salário, maior vai ser o faturamento da empresa. Agora, óbvio que esses salários são de acordo com a qualificação de cada trabalhador. Existem funções mais qualificadas, que recebem mais, e funções menos qualificadas, mas todas com proteção ao trabalhador.

Todos esses acordos são coletivos, feitos com o sindicato patronal, que é o nosso, e com o sindicato dos trabalhadores, e todos esses trabalhadores têm o seu registro em carteira. Todos esses trabalhadores recebem também benefícios: cesta básica, vale-transporte, PLR, bônus. Enfim, todos esses trabalhadores têm amparo.

(Manifestação nas galerias.)

E, quando há alguma divergência, alguma discórdia, isso é resolvido no âmbito da Justiça do Trabalho.

Nós apoiamos a lei, Sr. Presidente, porque entendemos que a lei vai trazer segurança jurídica, para que esses trabalhadores possam se desenvolver e crescer.

Esse ambiente que existe hoje de que o trabalho é precarizado e de que a terceirização é precarização leva também o trabalhador a sempre estar desconfiando da empresa onde está trabalhando. Não se faz uma empresa grande, uma empresa boa se não houver trabalhador qualificado.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães) - Por favor, quero pedir... Nós estamos caminhando bem. Se as galerias ou o plenário fizerem essa manifestação, nós vamos só atrasar e não faremos o debate que estamos fazendo. Respeitemos.

Faço um apelo aos sindicalistas para não...

Na democracia, as pessoas têm o direito de falar o que quiserem na hora em que quiserem.

(Manifestação nas galerias.)

Por favor, companheiros.

Vander Morales.

O SR. VANDER MORALES - Muito obrigado.

Seguindo a linha de raciocínio, o nosso setor tem também uma contribuição muito grande na área econômica. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, só da base de representação do nosso sindicato, da nossa federação, no ano passado, foram 800 milhões de reais recolhidos para o FGTS, 2 bilhões de reais recolhidos para o INSS. A Receita Federal informa este é o dado da Receita Federal — que 60% de toda a arrecadação do PIS e COFINS advêm do nosso setor.

Então, a contribuição do segmento para a economia do País é muito importante, e o trabalhador com registro em carteira tem contribuído também para o acesso ao consumo, porque só com o salário, com o registro em carteira, ele tem direito ao crediário, que é a base hoje do consumo no País.

Então, Sr. Presidente, nós acreditamos que a aprovação dessa lei vai trazer essa segurança jurídica e vai ser boa não só para as empresa, mas para os trabalhadores e para o próprio Governo, porque com essa formalização, com essa segurança, nós vamos poder dar andamento a essa demanda reprimida que hoje existe, e que nós possamos ter trabalhadores cada vez melhor remunerados.

Muito obrigado.

(Apupos nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:36

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: ONOFRE SANTO AGOSTINI

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu queria indagar a V.Exa. até que horas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Se a gente... a Presidência dos trabalhos, se as galerias ficarem com esse comportamento, nós vamos encerrar a sessão. Eu sei que ninguém almoçou, mas aí começa a impaciência. A impaciência é a inimiga da democracia. Então, vamos ouvir todos pela ordem.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu só queria fazer uma pergunta a V.Exa. Até que horas vai essa sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Nós fizemos uma consulta ao Presidente da Casa, a quem cabe definir a Ordem do Dia, nós temos um ponto de pauta na Ordem do Dia de hoje, que é a Medida Provisória nº 618. Eu fiz uma consulta e ele vai me retornar. Em tese a sessão teria que ser terminada, por conta da Ordem do Dia, às 14 horas, mas sempre há uma certa tolerância, já faz parte. É quase como uma norma consuetudinária aqui deste plenário. E nós estamos atentos a isso, para permitir que todos falem.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Presidente, eu não tenho nada contra e nem a favor. É que daqui a pouquinho nós iniciamos comissões, e queríamos ficar aqui atentos para aprender, nós estamos aprendendo muito com os debates, mas queríamos também aproveitar as comissões. Se a sessão for até às 14 horas, 14h30min, dá tempo de nós aqui assobiarmos e chuparmos cana ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Obrigado, Deputado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:36

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: IVAN VALENTE

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Vamos ouvir agora o Líder Ivan Valente. Nós estamos sendo rígidos quanto aos 5 minutos, para permitir que todos falem. Zerou o painel a fala está encerrada.

Líder Ivan Valente com a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar quero, como Líder do PSOL, dizer a toda a sociedade que nos ouve na *TV Câmara* e aqui no plenário que o PSOL foi contra a resolução da mesa que tornou impeditivo o acesso das pessoas ao plenário. Isso aí restringe a liberdade de expressão e de manifestação do povo brasileiro. *(Palmas.)*

Esta aqui é a Casa do povo. Não pode ir de 8 para 80. É preciso que os Líderes revejam isso, porque a Mesa não tem autonomia sobre o conjunto do Plenário para tomar esse tipo de decisão. Essa é a primeira questão.

Segunda questão, há interesses atrás desse projeto. Não existe esta questão: *Ah, é a chegada da modernidade: a especialização!* Não é nada disso! Isso aqui é um projeto para aumentar o lucro patronal e tirar direitos dos trabalhadores. *(Palmas nas galerias.)* Vamos botar pingos nos is: Este projeto, rigorosamente, trata de estender das atividades meios para as atividades fins, ou seja, para todas as atividades dos trabalhadores à terceirização dos serviços, o que significa, na prática, a precarização de todo o trabalho. É disso que nós estamos tratando. Ou seja, nós podemos estar caminhando para algo que já é um combate desta Casa. À medida que se aumenta a jornada, precariza-se mais, baixam-se os salários, etc., isso se torna uma coisa análoga a trabalho escravo. *(Palmas nas galerias.)* A terceirização se aproxima disso. É o que a bancada ruralista votou e quer votar aqui, e nós não podemos deixar.

Por isso, nós entendemos que esse modelo é inaceitável. Eu quero colocar os números do estudo do DIEESE, que nada mais fala do que a verdade do que acontece e do que vai piorar. A realidade, Sr. Presidente, é que, para reduzir os custos trabalhistas, a remuneração dos terceirizados é 27% inferior a dos trabalhadores permanentes. Ela se concentra na área de 1, 2, 3 a 4 salários mínimos, e não é distribuída por todas as faixas. Trabalham-se 3 horas a mais em média no trabalho terceirizado. A permanência no trabalho é de 5,8 anos para os permanentes, em média, e apenas 2,6 para os terceirizados. Há uma alta rotatividade dos terceirizados: 45% na prática, contra 22% dos diretamente contratados.

Está aqui a realidade concreta. Há péssimas condições de saúde e de segurança do trabalho. O aumento brutal de 8 em cada 10 trabalhador acidentado é no setor terceirizado; é a precarização total do trabalho.

(Palmas nas galerias.)

Por isso, não me venha o patronato aqui, que é financiado pelos monopólios, pelas grandes empresas, que financiaram as suas campanhas, fazer maioria na Casa.

Por isso, nós vamos sugerir aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras que façam essa campanha e essa mobilização nas ruas, no Congresso Nacional, em cada cidade, com faixas, com cartazes, que procurem os Deputados e as Deputadas para mostrar que o povo brasileiro não quer esse retrocesso. Nós não podemos admitir retrocesso nas relações trabalhistas. Chega de acumular capital para na verdade precarizar a mão de obra brasileira.

Nós estamos aqui para dizer que o Brasil sonha com um projeto de desenvolvimento autônomo e soberano, com justiça social, com distribuição de renda, para garantir que o povo brasileiro tenha outras oportunidades. O lucro, a exacerbação do ganho não pode estar acima dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro.

Aqui na Câmara, o Partido Socialismo e Liberdade resistirá até o fim contra o PL 4.330. Não ao Projeto 4.330.

Um grande abraço a todos os trabalhadores da luta, companheiros.

(Palmas nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:42

Orador: MARCON

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Com a palavra o Deputado Marcon, do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os representantes dos trabalhadores que estão aqui neste plenário, nas galerias.

Em primeiro lugar, como trabalhador do campo, quero aqui registrar a minha indignação com a violência contra os trabalhadores que aconteceu há 15 dias aqui na entrada da Câmara. *(Palmas nas galerias.)* Se aqui é a Casa do povo, por que nós vimos nos últimos dias a reforma que esta Casa tem recebido para impedir que os trabalhadores possam chegar ao plenário, possam chegar às comissões, inclusive aos gabinetes dos Deputados? Parece-me que mesmo os que ouvem o que dizem as ruas se fazem de surdos.

É isso o que o nosso Presidente da Câmara dos Deputados está encaminhando.

Em segundo lugar, há 15 dias, os médicos, que eram contra o programa Mais Médicos,

encheram as galerias. Não havia ficha para entrar, não havia discriminação! (*Palmas nas galerias.*) Entravam, porque aqueles médicos eram contra o programa Mais Médicos do Governo Federal.

Esse projeto da reforma agrária, meu Presidente Wagner, da CUT, não sai porque os fazendeiros e o agronegócio são contra a reforma agrária. Esse projeto de lei, quem está apresentando é o setor empresarial. Nunca vi a raposa querer cuidar do galinheiro sem matar as galinhas. Nunca vi isso! (*Palmas nas galerias.*) Para mim, esse projeto, meu Presidente, tem que ser tirado da pauta, não tem que ir à votação. (*Palmas nas galerias.*) Isso aqui é uma ofensa contra os nossos trabalhadores, que produzem a riqueza, que trabalham o dia inteiro, e depois o patrão, muitas vezes, joga de lado o trabalhador. Nós temos exemplo lá no México, nós temos exemplo lá na China, onde os trabalhadores têm que trabalhar e seus direitos não são garantidos. E, se no Brasil o direito dos trabalhadores ainda está garantido, é porque tem Centrais Sindicais que defendem seus trabalhadores. E os trabalhadores têm que se filiar a um Sindicato, têm que se filiar a uma Central, porque o trabalhador que tem sua Central, que tem seu Sindicato, é o trabalhador que sabe do seu direito.

E aqui nada contra, nada contra aquilo que foi representado. Mas o Deputado Sandro Mabel tem lado. O lado dele não é o dos milhões de trabalhadores; o lado dele é o dos empresários, é o das multinacionais (*palmas nas galerias*), é o daquele que quer (*ininteligível*) o direito do trabalhador, que é contra a carteira assinada, é contra o direito de férias, é contra a mulher ter direito à licença maternidade! É isso o que essa turma quer. E eles têm que prestar contas aos seus empresários, que financiaram a campanha de 4 em 4 anos.

É isso o que uma turma desta Câmara pensa. É isso! Se irmos ao TRE, nós vamos ver cada um dos 513 Deputados: quem é que financiou, para quem eles têm de se ajoelhar, para quem eles têm de pedir orientação. E aí chegam aqui com o voto do povo, o povo, os eleitores, também, têm de começar a olhar como é que o Deputado vota aqui nesta Casa.

Tem que tirar da pauta esse canhão, que é um canhão, uma metralhadora na cabeça dos trabalhadores brasileiros. Não ao Projeto de Lei nº 4.330!

Muito obrigado.

(*Manifestação e palmas no plenário e nas galerias.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:48

Sem supervisão

Fase: CG

**Orador: PAULO PEREIRA DA
SILVA**

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, só para fazer uma reclamação. Nós trabalhamos para fazer esta Comissão Geral — e o Décio está aqui conosco — para ouvir as centrais sindicais, o setor patronal, mas V.Exa. só está dando a palavra para Deputado. Está aqui a Força Sindical, a CUT, que não falou ainda, a Nova Central, a INTERSINDICAL a CSP-CONLUTAS, as entidades patronais também foram chamadas, o Ministério Público também está aqui, e V.Exa. está dizendo que vai encerrar.

Enfim, eu acho que os Deputados, que têm 360 dias para falar, poderiam fazê-lo em outro dia, e hoje vamos ouvir os representantes dos trabalhadores, as centrais.

(Manifestação no plenário e nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Deputado, Paulinho, primeiro tem uma ordem estabelecida pelo Presidente da Casa, em comum acordo com o dirigente da CCJ. Não é porque eu estou presidindo esta sessão que estou inventando ordem. Há uma ordem aqui. A cada minuto chega um Deputado olhando a ordem para saber a inscrição dele. E há muitos Parlamentares que ainda estão aqui. Por exemplo, falou agora o Marcon. Nós fizemos um acordo no início: depois de ouvirmos sete convidados, nós passamos para um convidado, um Líder e um Deputado, acordo feito com o Presidente da Casa.

Portanto, nós vamos ouvir agora o Paulo Affonso, em seguida entra a Força Sindical.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:48

Sem supervisão

Fase: CG

**Orador: ARTHUR OLIVEIRA
MAIA**

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, eu, juntamente com o Presidente da CCJ, Deputado Décio Lima, fomos incumbidos de organizar esta Comissão Geral. De fato o que o Deputado Paulo Pereira fala procede, porque a ideia de se acrescentar os Deputados foi trazida aqui durante a sessão.

É preciso a gente ter a compreensão de que há companheiros que para aqui vieram de vários Estados do Brasil. Nós, Parlamentares, poderemos inclusive utilizar o período da tarde, antes da Ordem do Dia, para nos pronunciarmos em relação a esse projeto de lei. E se não for hoje, pode ser qualquer dia, com o direito de aparecer na *TV Câmara* e tudo mais. Mas realmente há companheiros aqui que vieram dos mais diversos Estados do Brasil: de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Ceará (*palmas*) e que merecem ter a oportunidade de serem ouvidos, porque, a esta altura, não sabemos nem se poderemos continuar depois das 14 horas.

Então, eu faço o seguinte apelo: que V.Exa. peça aos Deputados que estão inscritos que abram mão dessa fala agora para dar oportunidade, democraticamente, aos companheiros que estão aqui e que só terão este momento para se manifestar.

Essa é a minha questão de ordem. (*Palmas.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:51

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Bom, farei uma sugestão aos Srs. Parlamentares presentes e inscritos, essa metodologia nós trouxemos da Comissão Geral Mais Médicos. Como só há mais um Líder inscrito, nós vamos fazer o seguinte: qualquer outro líder que chegar, a partir de agora, nós não o inscrevemos, para dar oportunidade a quem está inscrito.

Então, nós vamos fazer uma média, Paulinho, e ver se todos concordam: como só há mais um Líder inscrito para falar, que é o Assis Melo, do PCdoB, nós vamos ouvir o convidado Paulo Afonso. Em seguida, ouviremos duas entidades e um Deputado, para facilitar, para fazer uma média, está certo? E ouviremos também a Força Sindical e a CUT, obedecendo a ordem que aqui está.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:51

**Orador: PAULO AFONSO
FERREIRA**

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Com a palavra o Sr. Paulo Afonso, que representa o Conselho Temático de Assuntos Legislativos da CNI, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. PAULO AFONSO FERREIRA - Boa tarde a todos!

Quero saudar o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e os demais membros aqui presentes nesta Comissão.

Em nome da CNI, o que nós estamos aqui discutindo é algo importante para o País: a legalização de uma atividade que já existe no País há muito tempo. E dizer que isso não foi discutido não é verdade. Nós debatemos isso exaustivamente; tivemos, ao longo do tempo, discussões e reuniões; nós nos envolvemos com o tema, cedemos para achar a melhor alternativa de se fazer uma legalização, Sr. Presidente.

Agora, o que precisamos fazer? Precisamos votar esse projeto de lei para legalizarmos uma série de questões que ainda não estão efetivamente definidas no Brasil.

Vou dar um exemplo para os senhores: existem alguns setores prestadores de serviços da área elétrica que tem um volume de demanda que está hoje sendo julgado na Justiça do Trabalho que inviabiliza o setor no Estado, que inviabiliza as empresas porque é impagável o que está se propondo.

Estivemos a semana passada com o Presidente do TST, levantando essa questão, levando a realidade do Brasil real, do Brasil que está acontecendo na base, onde vivemos. Não tem ninguém aqui defendendo lucro maior porque o mercado não aceita lucro maior. O mercado hoje é cada vez mais competitivo.

Fico triste, Sr. Presidente, quando debatemos aqui e parecemos que estamos em lados opostos. Nós estamos dentro do Brasil. O Brasil é um só. (*Apuposnas galerias.*) O nosso inimigo não está aqui dentro. O nosso inimigo está no mercado internacional ocupando os nossos espaços. (*Palmas.*) É isso que precisamos fazer. O Brasil precisa efetivamente fazer uma grande unidade nacional em prol da produção, da produtividade e da competitividade brasileira. E esse projeto dar segurança, dar uma certa tranquilidade para todos nós, porque hoje existe o grande problema da insegurança jurídica. Temos hoje um dos maiores contenciosos da relação da Justiça do Trabalho do mundo. Por quê? Porque não temos uma legalização. O próprio Presidente do TST manifestou que era necessário termos um marco legal que regulamente essa atividade porque ela está absolutamente entranhada no dia a dia das empresas. Eu não tenho a menor dúvida sobre isso. Nesse estudo que estamos fazendo, pode haver terceirização, mas através de empresas terceirizadas. Não é a precarização. É o oposto. É a valorização do trabalho daquelas empresas que são cada vez mais competentes. Portanto, é dentro desse espírito, Sr. Presidente, que a CNI está imbuída desse propósito. Nós queremos defender o Brasil. Não estamos defendendo aqui um setor institucional. Estamos defendendo a competitividade e, acima de tudo, o emprego brasileiro. Não podemos exportar emprego. Temos de fortalecer o emprego aqui. E não podemos dar insegurança,

porque estamos vendo que a insegurança jurídica está incomodando os empreendedores, incomodando até investidores que querem investir em nosso País.

Então, Sr. Presidente, apelamos para que esse projeto seja colocado em votação, em regime de urgência. Esse projeto representa um marco legal. É a legalização do trabalho que já existe no Brasil e é a valorização dessa condição de trabalho, porque nós estamos dando uma proteção em triplo. Na verdade, esse projeto de lei regulamenta a situação do trabalhador e lhe dá uma proteção muito mais assegurada.

Muito obrigado.

(Apupos e palmas nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 13:57

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: ASSIS MELO

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Guimarães) - Os companheiros estão transgredindo um acordo que nós fizemos. A manifestação é com aplausos de um lado ou de outro. Por favor, ajudem-nos.

O último Líder é o Assis Melo, do PCdoB. Em seguida, nós vamos ouvir a Força Sindical, o Sr. Sergio Leite.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, eu vou me dirigir aqui com a leitura da bancada do PCdoB: Não à Precarização do Trabalho.

Os Governos de Lula e Dilma, com o apoio do Congresso Nacional, conseguiram trilhar um caminho diferenciado para enfrentar os efeitos da crise internacional de 2008 em nosso País. Lá fora, nas maiores economias, as saídas para a crise estiveram pautadas na diminuição do emprego, dos salários e na precarização dos serviços públicos. Aqui a crise vem sendo superada com redução de impostos, mais créditos, maiores investimentos em infraestrutura, medidas para ampliar a competitividade da economia e das empresas nacionais, principalmente, sem cortes dos direitos trabalhistas, mais direitos sociais, combate à pobreza e valorização dos empregos e dos salários.

O conteúdo do Projeto de Terceirização, PL nº 4.330, de 2004, não está de acordo com essa direção adotada em nosso País.

A bancada do PCdoB considera que o Projeto de Terceirização é uma iniciativa pela precarização do trabalho e não serve ao País.

Se é certo que há necessidade de uma nova regulamentação da terceirização no Brasil, também é certo que esse projeto retira direitos dos trabalhadores, não melhora as condições dos atuais terceirizados, não assegura maior estabilidade jurídica para as empresas, nem garante ganhos de produtividade para a economia nacional.

Somos contra, porque o projeto permite que seja terceirizada a execução de todas as atividades da empresa e não há limites, nem mesmo no quantitativo de trabalhadores, nem quanto ao tipo de atividade exercida.

Hoje, podem ser terceirizados apenas o trabalho temporário, serviços de vigilância, conservação e limpeza e serviços especializados ligados às atividades-meio das empresas. Se o projeto for aprovado, toda a força de trabalho das empresas poderá ser terceirizada e ainda será permitida a terceirização do serviço terceirizado.

Somos contra porque a flexibilidade que se busca nesse modelo promove apenas empregos precários e transitórios, maior rotatividade, redução salarial e menos benefícios sociais para os trabalhadores. Hoje, os salários dos terceirizados já são em média 54% do salário dos trabalhadores substituídos. Há uma piora sensível das condições de saúde e segurança do trabalho desses empregados, o que enseja maior incidência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais entre esses trabalhadores. A terceirização promove tratamento desigual e discriminatório entre o trabalhador terceirizado e o trabalhador contratado diretamente para exercício de idêntica função.

Somos contra porque o trabalhador terceirizado não tem a mesma garantia que os demais assalariados. No Tribunal Superior do Trabalho — TST, um enorme quantitativo de processos envolve a responsabilidade subsidiária da empresa contratante por encargos trabalhistas gerados, quando prestadores de serviço não pagam as verbas trabalhistas devidas. O projeto não equaciona esse problema e, inclusive, suprime a exigência de um capital social para a empresa de terceirização condizente com o quantitativo de trabalhadores envolvidos.

Somos contra porque, como afirma o TST, em um documento assinado pela maioria de seus Ministros, esse projeto vai deslocar para um conjunto de micro e pequenas empresas, optantes do ...

Sr. Presidente, só para concluir, esta é a nota da bancada do PCdoB. E, para finalizar, nesse último minuto, eu só queria dizer que a busca é pela regulamentação, não pela liberação da terceirização. O Deputado Sandro Mabel cita 17 dos 21 itens do projeto. Mas o problema está exatamente nos outros e não nesses 17.

Então, Presidente, a nossa luta... Falo em nome dos trabalhadores de Caxias do Sul que, em 2007, foram à rua contra a Emenda nº 3. Esse projeto retoma a famigerada Emenda nº 3, para desregulamentar o trabalho dos trabalhadores. Por isso, somos contra, somos contra,

exatamente porque flexibiliza e retira direitos dos trabalhadores.

Era isso e muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O Sr. José Guimarães, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Décio Lima, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:03

Orador: SÉRGIO LUIS LEITE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Luis Leite, Presidente da Força Sindical.

O SR. SÉRGIO LUIS LEITE - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a Casa pela sessão e saudar os honestos e batalhadores trabalhadores do Brasil. Cumprimento os empresários, as Sras. e os Srs. Deputados, todas as senhoras e todos os senhores. Primeiro quero saudar esta Casa pela iniciativa de realizar esta Comissão Geral para discutir tão importante tema para os trabalhadores brasileiros.

Mas não podia deixar de registrar o nosso protesto contra a fala do Deputado que, de forma objetiva, ofendeu os trabalhadores e também um protesto contra a fala do ex-Ministro do TST, que xingou os trabalhadores. Só para deixar registrado que esse mesmo ex-Ministro trabalhou para a Federação dos Trabalhadores Químicos do Estado de São Paulo, no Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, iniciou a sua carreira jurídica lá e os seus salários foram pagos com o dinheiro dos trabalhadores.

Gostaria de deixar registrado isso. *(Palmas nas galerias.)*

Mas, quanto ao caso em questão, o PL nº 4.330, nós temos que reconhecer o esforço do Deputado Arthur Oliveira Maia para achar uma saída para esse projeto. Mas, infelizmente, nós ainda não encontramos essa saída. Não dá para admitir que o PL nº 4.330 permita a terceirização em todas as áreas do empreendimento. Não podemos permitir ainda, no PL nº 4.330, que haja a possibilidade de quarteirização de serviço. Não podemos permitir a não previsão de solidariedade entre tomador e prestador de serviço. Por isso que nós — os trabalhadores — estamos nessa batalha, colocando para o povo brasileiro que esse projeto traz precarização e iguala os direitos dos trabalhadores por baixo.

Não é verdade que são os mesmos direitos que estão no projeto. Nós estamos aqui com convenções e acordos coletivos de trabalhadores de um setor cujo um dos representantes do

sindicato patronal disse que tem uma convenção. Tem sim. Um dos pisos salariais começa com 755 reais e logo será atropelado pelo salário mínimo nacional. E já foi atropelado pelo piso salarial mínimo do Estado de São Paulo.

Então, há, sim, precarização. Há, sim, maior rotatividade de mão de obra no setor terceirizado. Há, sim, maior índice de acidente de trabalho no setor terceirizado.

Então, se há de discutir uma regulamentação, vamos discutir para os trabalhadores que estão lá empregados e que têm menos direitos. Nós queremos aumentar os direitos desses trabalhadores e não igualar os direitos desses trabalhadores ao mínimo.

Por isso, Sr. Presidente, nós da Força Sindical, juntamente com as Centrais, topamos fazer um grande debate nacional sobre a terceirização para adquirir direitos, igualar os direitos dos trabalhadores, igualar conquistas nas campanhas salariais das categorias organizadas. Mas não há como se falar em regulamentação da terceirização sem discutir os limites dessa terceirização, bem como a representação sindical dos trabalhadores, para que nós possamos continuar conquistando nas campanhas salariais, e não nas campanhas salariais ter reajustes inferiores à inflação, não ter aumento real de salário. É isso que está posto aqui.

E, neste momento que o Brasil vive, com certeza, o povo brasileiro não quer emprego de segunda, de terceira. O Brasil precisa de emprego de primeira.

Muito obrigado.

(Palmas nas galerias.)

(Manifestação nas galerias. Valeu, Serginho!)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:06

Orador: IGOR CARPEGIANI

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Igor Carpegiani, Presidente da Associação de Empresas Prestadoras de Serviços do Extremo Sul da Bahia.

O SR. IGOR CARPEGIANI - Bom dia, senhores. Bom dia, Presidente, Deputado Arthur Maia, demais Deputados e trabalhadores.

Aqui represento a Associação das Empresas Prestadoras de Serviços na área florestal do extremo sul da Bahia.

O extremo sul da Bahia passa, neste momento, por um grande alarde, um temor chamado primarização, fruto de uma ação civil impetrada contra a nossa tomadora de serviços, a

Suzano Papel e Celulose, cuja atividade-fim é papel e celulose. As nossas prestadoras de serviços, que hoje geram 4.095 empregos, produzem mudas, fazem plantio, fazem adubação, não fazem parte da atividade-fim da Suzano Papel e Celulose.

Esse é o temor que tem acontecido.

Caso houvesse uma lei que garantisse a regulamentação da prestação de serviço terceirizado, hoje, não teríamos 12 mil habitantes no extremo sul, que é um pedacinho pequenininho do Brasil, mas é do Brasil. O extremo sul não pode ser abandonado. E nós não podemos nos esquecer de um detalhe: aqui não se trata apenas de aspectos econômicos e financeiros das empresas. O comércio local sobrevive das terceirizadas que compram na nossa região, porque os grandes compram em São Paulo, nas grandes capitais, mas não compram em nosso comércio local. (*Manifestações nas galerias.*)

Nós temos que estar atentos a essas coisas também. Não vamos ser uma unidade...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Ouço V.Exa., pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, é inadmissível o que está acontecendo aqui. Uma pessoa é convidada pela Câmara dos Deputados para vir aqui expor a sua opinião e é chamado de bandido pela galeria, de maneira nazista, absurda, autoritária.

V.Exa. não pode permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não é possível que esta Casa vá, permanentemente, viver sob esse assalto de mandonismo, de arrogância, de autoritarismo.

(*Apupos nas galerias*)

Não tenho medo de vaia. Não tenho medo de vaia. Enfrentei sempre com coragem cívica a minha vida pública, e não tenho medo de vaia de ninguém. Mas é um absurdo! Eu convidei o Dr. Igor, do meu Estado, a Bahia, para vir aqui e não vai... V.Exa. tem obrigação de tomar uma posição. V.Exa. tem obrigação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem. Nós vamos tomar uma posição. Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, quando o Deputado Darcísio Perondi aqui veio e chamou os trabalhadores de bandidos, com o que não concordamos e

reagimos (*Manifestação nas galerias.*), do mesmo jeito nós não concordamos com isso. Eu acho que o tratamento tem que ser de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem. Deputado Fernando Ferro...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - São desagradáveis as agressões que começaram aqui com o Deputado Perondi, provocando esse clima. Mas eu espero que possamos concluir de maneira civilizada. Vamos ouvir os argumentos pró e contra e depois tomar a decisão.

É este o sentido da nossa audiência. Vamos respeitar.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Tem que respeitar para ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu quero apenas dizer que nós estamos aqui, diante de um período de generosidade do Presidente desta Casa, até às 15 horas. Tenho duas opções: ou fazer um apelo para que o ambiente nos permita concluir de forma serena este debate ou interromper neste momento os trabalhos, prejudicando ilustres oradores, o próprio Presidente da CUT e os das Centrais Sindicais aqui listados, que ficarão prejudicados no exercício da fala.

Ou eu mantenho aqui o bom senso, o equilíbrio, com a contribuição principalmente de quem está lá em cima ou vou atender aqui o bom senso que me recomenda encerrar os trabalhos desta Comissão Geral, o que seria ruim para todos nós que queremos ouvir ainda os ilustres convidados.

(Palmas no plenário e nas galerias.)

Eu quero pedir para os senhores aí em cima que ajudem este Presidente e ajudem as lideranças que precisam aqui expor o seu pensamento. Se houver algum excesso, Deputado Arthur Maia, daqui por diante eu vou imediatamente interromper os trabalhos e isso vai prejudicar inclusive as lideranças dos trabalhadores que ainda não se pronunciaram e que estão inscritas aqui para falarem em seguida.

Por favor, eu vou restabelecer o seu tempo e V.Sa., então, conclua. Eu tenho certeza de que vou ter aqui a compreensão de todos.

O SR. IGOR CARPEGIANI - Permita-me, Excelência. Nós só temos naquela região uma indústria que consegue fornecer esses empregos por meio de terceirizados. O comércio local não suporta esse impacto. E nós temos também a realidade de que quem banca os projetos sociais, quem acompanha a comunidade são os terceirizados.

Inclusive, vale aqui ressaltar o próprio Sindicato dos Trabalhadores do Espírito Santo, que acompanhou todo esse processo, fez também um manifesto e tem acompanhado esse processo de perto. Não queremos aqui, de forma alguma, ser unilaterais. Pelo contrário,

estamos aqui expondo a situação no extremo sul da Bahia, um lugar pequeno, talvez até desconhecido por muito de vocês, mas é um lugar para o qual nós precisamos garantir empregos e o sossego daqueles trabalhadores que compraram as suas casas financiadas, compraram seu carrinho, compraram sua motinha e estão lá precisando dessa garantia. Talvez, gente, se nós tivéssemos esse projeto organizado, regulamentando a terceirização, não passaríamos por esse problema, porque lá no processo, na ação civil pública, conforme foi citado, o grande problema é dizer que a terceirização é ilegal, porque ela não tem uma regulamentação. Para encerrar minha fala, inclusive em reunião com o Ministério Público do Trabalho...

Garanto para vocês e fica aberto às empresas associadas: somos certificados em todos os organismos internacionais: a ISO 14, ISO 9 e inclusive a OHSAS, que é de saúde e segurança. Recebemos o FSC do IMAFLORA e garantimos para vocês: os nossos trabalhadores recebem treinamento, recebem para ir...

É vou mais longe: os nossos operadores de colheita têm a mesma base salarial dos operadores da fábrica de papel e de celulose. Anos e anos... Eles têm ar-condicionado, alimentos todos os dias em módulos climatizados. Eles têm todos os dias a certeza de ter a sua alimentação com 60 graus de temperatura no mínimo.

Essa é a realidade do extremo sul da Bahia, e nós precisamos, sim, Deputado Arthur Maia — eu não conheço o Sandro Mabel —, garantir que essa lei seja aprovada de forma organizada e realmente legítima para o povo.

Eu entendo as manifestações, porque eu também sou trabalhador. Estamos juntos e precisamos do PL 4.330. Vote sim!

(Apupos nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Olha o acordo que nós fizemos!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:21

Orador: VICENTINHO

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu chamo... *(Pausa.)*

Pois não, Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Sr. Presidente, eu estou inscrito para me pronunciar, no entanto eu vou presidir reunião de audiência pública sobre microcrédito na Comissão de Trabalho.

Estou retirando a minha assinatura e lamento não poder fazer o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem, Deputado Vicentino.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Retiro a minha assinatura, mas reafirmo com todo o vigor: não a este projeto. *(Palmas.)*

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:21

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: WAGNER FREITAS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Chamo agora o Sr. Wagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

Sr. Wagner Freitas com a palavra.

(Manifestação nas galerias: Central Única dos Trabalhadores. Central Única dos Trabalhadores. Central Única dos Trabalhadores. Central Única dos Trabalhadores.)

O SR. WAGNER FREITAS - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os companheiros e companheiras, boa tarde fundamentalmente à militância da CUT — Central Única dos Trabalhadores aqui presente. *(Palmas nas galerias.)*

Primeiro, quero registrar um protesto: se esta é a Casa do povo, a polícia não pode bater no povo na porta da Casa do povo. Se esta é a Casa do povo, essas galerias tinham que estar lotadas com o povo presente aqui. *(Palmas.)* Se esta é a Casa do povo, não pode haver tratamento diferenciado para o empresário e para o trabalhador.

Faz-se, então, Sr. Presidente, companheiras e companheiros, necessário no Brasil uma reforma política onde não haja financiamento privado de campanha para que o povo possa estar nesta Casa e não só os empresários. *(Palmas nas galerias.)*

Eu quero dizer, companheiros, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que aqui não se trata de regularizar a terceirização. Sabe do que se está falando aqui? É regularizar a interposição fraudulenta de mão-de-obra que existe no Brasil. É isso que está aqui. *(Palmas nas galerias.)*

Quando os empresários falam em segurança jurídica, sabem a segurança jurídica para quê? Para precarizar mais os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores. É isso que se está colocando aqui.

Você, trabalhadora e trabalhador que me está ouvindo hoje no Brasil inteiro pela *TV Câmara*, se passa esse projeto, quer dizer que você, que é trabalhador e não é terceirizado pode ser demitido. Pode ser contratado o trabalhador terceirizado no seu lugar para ganhar menos e trabalhar mais. É isso o que se está propondo. *(Palmas.)*

Para o trabalhador entender, esse projeto significa que você pode ser substituído. Você, que trabalha nas empresas do emprego direito, pode e será substituído por uma mão-de-obra mais barata. É mentirosa a argumentação de que a terceirização no Brasil é para especialização de serviço. Não é. Isso é para pagar menos salário e tirar direitos. É só para isso que serve. *(Palmas nas galerias.)*

Portanto, nós não concordamos com esse projeto.

Eu quero dizer, Deputado Arthur Maia, primeiro, que eu tenho muito respeito pela pessoa do senhor, que fique claro isso. A melhor forma de nós estabelecermos uma democracia moderna, como vive o Brasil, e chegarmos a consensos é ter negociação. O Brasil vive um momento no qual há condições, com a maturidade da democracia brasileira, de os atores sentarem à mesa para negociar e chegarem a um consenso. Agora, negociar não com a faca no peito e a CUT não vai fazer isso! *(Palmas.)*

Nós estamos dispostos a sentar à mesa e, numa negociação direta entre empregadores e empregados, estabelecer regras para normatizar. Agora, quer-se fazer isso de maneira consistente? A CUT topa. Estou falando diretamente para os empresários. Nós temos experiência de negociação. Mas, para fazer isso, retirem esse projeto e venham para a negociação na mesa de negociação! *(Palmas.)*

Esse projeto está defenestrado pela sociedade brasileira. Isso virou Emenda 3. Isso virou 618. Não vai passar assim. Até porque, tenham claro que o Deputado ou a Deputada têm que ter compromisso não com os financiadores de campanha, mas com o eleitor, que ano que vem vai votar. É com o trabalhador que vai votar ano que vem. *(Palmas.)*

Nós estamos dispostos a fazer um processo de regulamentação, porque nós também estamos preocupados com esses 14, 15 milhões de trabalhadores terceirizados. Agora, esse projeto não fala sobre isso não. Esse projeto não fala sobre melhorar as condições de trabalho dos 13 milhões. Fala sobre precarizar os outros 48 milhões. É para isso que existe. *(Palmas.)* Nós não concordamos com isso.

Aliás, eu queria parabenizar aqui a Presidenta Dilma pelo veto da questão dos 10% do FGTS e parabenizar até o Congresso Nacional que manteve o veto da Presidência.

Mas eu não tenho dúvida alguma de que tal projeto é nefasto para o Brasil. E se, em sua votação, for aprovado, nós vamos pedir o veto da Presidenta Dilma. Ela já falou que no Governo dela não pode ter nenhuma precarização para os trabalhadores. E não há nada mais precário para os trabalhadores, nada pior para os trabalhadores do que o Projeto nº 4.330. Não é verdade que a regulamentação da terceirização está proposta nesse projeto. Nesse projeto, está proposta a fragmentação.

Para o Brasil, senhoras e senhores, também não é bom. Nós sabemos que a questão de mão de obra é extremamente importante para a competição nas nossas indústrias, nas nossas empresas. Precarizar a mão de obra, pagar menos, o trabalhador trabalhar mais, sem condição de saúde, sem condição de trabalho não nos tornam competitivos. Nós não vamos permitir isso. Isso só precariza o Brasil como um todo.

E, para finalizar, podem ter certeza de que em cada rincão deste País, em cada esquina deste País vai ter um militante da CUT. Nós queremos que o Brasil cresça, que o trabalhador seja respeitado. Isso é desrespeito ao trabalhador. E contra o desrespeito do trabalhador, o Brasil tem um instrumento de luta, que é a CUT, a nossa militância, os nossos 30 anos. Nós vamos ter como procissão de fé impedir o 4.330. *(Palmas.)*

Manifestações na galeria: Central Única dos Trabalhadores.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:27

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: AMAURI TEIXEIRA

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu quero retirar a minha inscrição também. Eu sou Relator da PEC 247 e estou indo para a reunião agora às 14h30.

Eu quero declarar meu total repúdio ao 4.330, que não é terceirização, é escravização. *(Manifestação nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu chamo para ocupar a tribuna Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil.

Depois, o Deputado Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Presidente, e o painel? Não vai ter painel?

Presidente, o painel não vai ser aberto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Newton, ele nos deu a tolerância até às 15 horas para concluir esta Comissão Geral.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Minha presença, por favor, Newton Cardoso, de Minas Gerais, Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Será registrado da forma devida. Obrigado, Deputado Newton Cardoso.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - E viva o Ivan Valente!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:27

Orador: PAULO SAFADY SIMÃO

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Dr. Paulo.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO - Sr. Deputado, Sr. Presidente, boa tarde. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros empresários, companheiros trabalhadores, Sr. Presidente, eu ouvi aqui atentamente essas dezenas de pronunciamentos que foram feitos, prós e contras essa lei sobre a terceirização, falando muito em precarização.

Então, eu vou tentar aqui, nestes 5 minutinhos que me deram, simplesmente trazer para reflexão dos senhores, porque caminhamos para uma decisão, para um julgamento desse projeto proximamente, o setor que eu represento, que é o setor da indústria da construção e do mercado imobiliário.

É importante dizer o seguinte: primeiro, hoje, segundo dados oficiais, nós temos aproximadamente 200 mil empresas formais do setor da construção, 95% das quais com menos de 19 empregados.

Segundo, ao longo desses últimos 10 anos, houve uma formalização muito importante no setor, saindo de 1 milhão e 200 mil carteiras assinadas para 3 milhões e 400 mil hoje. Quero dizer, Sr. Presidente, que não é verdade que, no nosso setor, que utiliza historicamente o subempreiteiro — e eu falo sobre isso daqui a pouco —, tenha havido precarização. Ao contrário, no nosso setor, os aumentos reais de salário foram sempre positivos ao longo desses últimos 10 anos.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO - O senhor quer falar no meu lugar?

(Não identificado) - Quero.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO - Então, vem, desce aqui.

Não é verdade isso. No nosso setor não é verdade. Nós estamos remunerando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu vou interromper a reunião. Mais uma situação dessa natureza...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO - Mas eu gostaria de falar, Presidente, mesmo contra a plateia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Há uma ou duas pessoas aqui atrapalhando o debate. Eu queria pedir, inclusive, aos líderes sindicais aqui que nos ajudassem neste momento. Não é possível que, em um debate que chega ao alcance dessa natureza, nós tenhamos a interrupção dessa forma.

Paulo, por favor.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO- É importante eu completar, Presidente, dizendo o seguinte: isso não é verdade com relação ao setor.

Eu pergunto aos senhores agora, com toda tranquilidade: o que será da indústria da construção sem a subempreitada? Empresas com 19 empregados, que têm que ter sondagem, com equipamentos caríssimos; terraplanagem, com equipamentos caríssimos; instalações elétricas e hidráulicas, em uma linha de pré-moldados que se inicia agora com a inovação tecnológica, com usinas de bombeamento de concreto, ou seja, é absolutamente impossível um setor como o da indústria da construção sobreviver sem a terceirização. Que seja responsável e dê total cobertura aos seus empregados, mas não é possível o setor conviver sem isso.

Digo mais, neste momento, estamos enfrentando uma série de problemas no Brasil de obras que estão sendo paralisadas porque as fiscalizações estão demitindo empregados terceirizados, sem nenhuma responsabilidade e coerência, paralisando obras e trazendo problemas muito graves.

ISSO ainda é pouco. Mas, seguramente, se não houver celeridade na definição e regularização, vamos ter problemas gravíssimos para o nosso setor e, por conseguinte, para o Brasil.

Era só isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:33

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: FÁTIMA BEZERRA

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Décio Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Deputado Artur Bruno.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Décio Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Enquanto o Deputado Artur Bruno sobe à tribuna, eu quero apenas solicitar a V.Exa. que retire a minha inscrição, uma vez que eu vou agora à Comissão de Cultura, para relatar projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem, Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Mas quero aqui, rapidamente, reafirmar a nossa posição frontalmente contrária ao PL nº 4.330.

(Manifestação no plenário.)

Ele tem que ser rejeitado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Ele tem que ser rejeitado, porque ele fere de morte a cidadania do trabalhador brasileiro. *(Palmas.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:33

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: ARTUR BRUNO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Deputado Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia a todos e a todas que foram convidados para este debate. Eu quero me inspirar, na minha reflexão, no filósofo René Descartes, quando ele dizia: *Não interessa o argumento da autoridade, mas a autoridade do argumento.* *(Palmas.)*

Na minha opinião, Sr. Presidente, convidados e convidadas, eu não vejo autoridade no argumento daqueles que dizem que este projeto em pauta beneficia a classe trabalhadora do Brasil. Eu acho até uma ofensa à nossa inteligência essa afirmação.

E por que eu acho, Sr. Presidente? Quando eu vejo 24 Tribunais Regionais do Trabalho e vejo 19 dos 26 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho argumentarem que este projeto precariza as relações de trabalho, eu não posso acreditar que este projeto beneficia a classe trabalhadora. *(Palmas.)*

Quando os indicadores revelam que, na mesma categoria, pelo mesmo trabalho, o terceirizado ganha 27% a menos do que o seu colega que tem um trabalho efetivo; quando eu vejo que 8 de cada 10 acidentados no trabalho são terceirizados; quando eu vejo, Sr. Presidente, que há 12 milhões de terceirizados e 48 milhões de efetivos, e a grande maioria dos terceirizados sonha em, um dia, ser um trabalhador efetivo das empresas deste País...*(Palmas.)*

Eu não posso entender como esse projeto beneficia a classe trabalhadora, quando todas as centrais sindicais vêm a esta Casa afirmar que esse projeto não interessa à classe trabalhadora brasileira. *(Palmas nas galerias.)*

Portanto, Sr. Presidente, é preciso resgatar a verdade. Os trabalhadores conhecem esse projeto, leram o projeto e simplesmente discordam de que a terceirização aconteça nas atividades fim. Os próprios trabalhadores estão dizendo que querem discutir, sim, a terceirização na atividade meio, como ela já acontece hoje no nosso País. Mas não é só isso. Os trabalhadores vêm aqui dizer que querem que as empresas tenham responsabilidade solidária, para que eles não sejam demitidos e fiquem no meio da rua exigindo os seus direitos.

Portanto, Sr. Presidente, cabe a esta Casa, cabe à Mesa Diretora tentar com as centrais sindicais, tentar com as entidades empresariais voltar à mesa de negociação. Nós não podemos votar esse projeto da forma como ele foi elaborado. Nós não podemos votar um projeto que a grande maioria da classe trabalhadora deste País é contra, não aceita. *(Palmas nas galerias.)* Esta Casa não existe e nós não fomos eleitos pelo povo brasileiro para trazer retrocesso, e, sim, avanços para a maioria da classe trabalhadora brasileira.

Portanto, eu peço às centrais sindicais, peço aos sindicatos, como também peço aos bons empresários, aos empresários que querem ver os seus trabalhadores satisfeitos com o trabalho, aqueles empresários que não querem a divisão dos trabalhadores em efetivos e terceirizados. Se esse projeto for aprovado, nós vamos ter a indecência de ter talvez a maioria dos efetivos terceirizados por muitas empresas deste País. Se hoje nós temos apenas 20% da classe trabalhadora terceirizada, esse projeto poderá, com o retrocesso que vai trazer, fazer com que 80% seja terceirizado, e não a minoria como acontece hoje. Portanto, temos tempo de retomar a mesa de negociação, porque não nos interessa o confronto, não nos interessa simplesmente a votação num processo de urgência.

Essa urgência não interessa ao desenvolvimento econômico e social deste País. Essa urgência não interessa à maioria da classe trabalhadora — dito aqui pelas próprias centrais sindicais. Essa urgência não interessa ao bom empresário, porque o bom empresário quer ter

uma boa relação com o seu empregado, quer ter uma boa relação com os sindicatos, quer negociar, não de forma dividida e fracionada como esse projeto vai permitir. Ele vai quebrar o movimento sindical, porque esse trabalhador terceirizado não poderá participar do sindicato do efetivo. Nós vamos criar o trabalhador de 1ª categoria e o de 2ª categoria, que será o terceirizado, e não é isso que o País quer do seu Congresso Nacional. (*Palmas nas galerias.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:39

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: IVAN VALENTE

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Olha, eu vou encerrar. Calma.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero só fazer uma ponderação a V.Exa. Nós estamos com pouco tempo ao final da sessão e há muitas pessoas ainda para falar. Nós temos só uma medida provisória para votar. Seria bom se V.Exa. pudesse consultar o Presidente da Casa, o Deputado Henrique Eduardo Alves, se podemos prorrogar por mais um tempo a sessão, para que fossem contempladas as pessoas que vieram e se comprometeram a participar. Essas pessoas foram convidadas para estar aqui, vieram de vários Estados, e ficar sem poder manifestar o seu pensamento seria muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Vou consultar o Presidente, que está aqui no plenário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:39

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: LUIZ COUTO

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Deputado Luiz Couto, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu estou inscrito para falar e sou contra esse Projeto nº 4.330, que é um tiro contra os direitos dos trabalhadores, é um tiro contra a CLT que nós não podemos aceitar.

Disseram aqui que é para tirar os trabalhadores do limbo. Ora, segundo o Papa Bento, não existe mais o limbo. Então agora estão querendo levar os trabalhadores para uma relação

infernal. Nós não podemos acatar e vamos fazer a obstrução porque esse projeto não pode ser votado. Então, nós votaremos contra esse projeto de toda forma e maneira. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:42

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: ERMÍNIO ALVES DE LIMA NETO

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Ermínio Alves de Lima Neto, representante da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental.

O SR. ERMÍNIO ALVES DE LIMA NETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, caros amigos aqui presentes, eu começaria até imitando a pessoa que me antecedeu e citando também um francês, Georges Ripert, que diz o seguinte: se o Direito não acompanha a realidade, a realidade se vingará e atropela o Direito.

O que nós estamos discutindo aqui, senhores, é simplesmente o que foi muito bem colocado pelo Deputado Sandro Mabel (*Apupos no plenário.*): em 2000, eram 2 milhões; em 2003, eram 4 milhões; em 2005, eram... (*O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.*) Hoje nós estamos com 14 milhões de trabalhadores. Essa é a realidade.

Quero dizer mais uma coisa, Sr. Presidente. (*Apupos no plenário.*) Eu consulto as centrais sindicais que estão aqui. Aí fora existem centenas de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Só um minutinho, só um minutinho.

Estou vendo aqui, são visíveis as pessoas que estão causando agora, ao ensejo desta reunião, com pedido inclusive para prorrogação, o desconforto de permitir o contraditório. Eu estou vendo daqui as pessoas. Ninguém quer tomar nenhuma medida enérgica. Eu quero pedir a contribuição dos senhores. Daqui de cima eu estou olhando. Deixem as pessoas falarem. Há ainda um conjunto de Líderes que precisam se manifestar. Vamos terminar, levar esta Comissão Geral a bom termo, eu solicito encarecidamente. Todos nós estamos olhando daqui de cima. Eu quero respeito de você, companheiro. Por favor, nos ajude. Está com a palavra, Ermínio.

O SR. ERMÍNIO ALVES DE LIMA NETO - Muito bem.

Eu só quero enfatizar aos amigos que pensam pelo País das centrais de trabalhadores que aí fora há centenas de trabalhadores terceirizados que estão querendo a sua legalização.

Também são trabalhadores. Todas as centrais, todos os representantes dos trabalhadores também devem defender os direitos dos trabalhadores terceirizados e devem respeitá-los. Eu quero colocar rapidamente o seguinte. Primeiro, a questão que se fala de acidentes de

trabalho não é verdade. É só consultar o *site* do Ministério da Previdência, através do CAT — Comunicado de Acidente de Trabalho, e irão verificar qual é a questão dos acidentes de trabalho dos terceirizados.

Também não é verdade quando se fala que se está pregando a precarização. Gente, nós estamos num diálogo surdo! Nós estamos num diálogo surdo! Nós não vamos evoluir nesse sentido! Uns falam da precarização, outros falam que não há. Nós precisamos evoluir; nós precisamos construir pelo País. Essa é a verdade.

O que está em jogo aqui, gente, é que hoje são 17 milhões de trabalhadores, amanhã vão ser 20 milhões, 50 milhões. São os trabalhadores do Brasil.

Se nós não tivermos essa evolução, não acabarmos com esse diálogo surdo, não vamos chegar a lugar nenhum. A verdade é que o Brasil precisa competir no mundo e a terceirização, queira ou não queira, tem ajudado muito, inclusive a colocar no mercado de consumo mais de 16 milhões de pessoas que hoje estão consumindo. E o processo de terceirização e outros processos de gerenciamento ajudam e muito. Então, nós precisamos ter essa convicção.

O relatório do Deputado Arthur Maia, que tem tido uma paciência de Jó para ouvir todas as partes, tem que ser respeitado nesse sentido. Todos os companheiros aqui da CUT e os empresários sabem o quanto o Deputado Arthur Maia tem ouvido todas as partes. É preciso, volto a insistir, acabar com esse diálogo surdo, porque não é verdade toda essa questão de precarização que querem passar.

O trabalhador brasileiro é o terceirizado, o efetivo, o temporário e o informal. Todos eles são trabalhadores brasileiros. E as centrais têm a obrigação de defender os informais, que sequer têm assinatura nos seus contratos.

(Manifestação no plenário.)

É isso mesmo. Eu acho que são 70 milhões de trabalhadores brasileiros. É preciso respeitar, mas com convicção. A CUT, com a força política que tem, devia trabalhar por esse informal que hoje sequer tem carteira. O trabalhador terceirizado hoje tem carteira assinada, tem todos os seus direitos garantidos. E sabem por que tem? A grande maioria dos impostos das empresas terceirizadas é retida diretamente na fonte. As empresas tomadoras de serviço retêm 11% do faturamento das empresas.

(Apupos no plenário.)

Onze por cento do faturamento das empresas prestadoras de serviço vão direto para a Previdência Social. Então, não é verdade. Onze por cento do faturamento das empresas de

serviços terceirizados hoje, que representa 17 milhões, são retidos diretamente na fonte pelos tomadores e vão direto para a Previdência.

Então, é preciso ter uma discussão aqui, senhores. Eu até conversei com o Deputado Berzoini e o Deputado Vicentinho, que são pessoas que têm muita experiência nessa negociação, para que negociem esse caminho. Vamos parar com esse discurso surdo. Viva a regulamentação! Viva o Brasil! Viva a terceirização!

(Apupos no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:45

Orador: PRESIDENTE

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE(Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Antes, Dr. Paulo, quero dizer que eu estou sendo aqui demandado. Há um problema de tempo. O Presidente ainda não me deferiu se eu posso prolongar ou não a reunião da Comissão Geral. Mas eu estou sendo demandado aqui por várias entidades que ainda não tiveram a oportunidade de falar, dizendo que umas são mais importantes que as outras. Eu estou apenas seguindo rigorosamente os critérios que foram estabelecidos no início desta reunião. Eu sei que todas são importantes.

Ocorre que o tempo conspira contra nós. E, neste momento, eu não vou dar mais a palavra para os Deputados. Eu vou tomar essa decisão aqui. E vamos seguir na ordem, deferindo a palavra às entidades que foram convidadas para este debate.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:48

Orador: PAULO LUIZ SCHMIDT

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Concedo a palavra ao Sr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT - Deputado Décio Lima, Presidente da Mesa, Srs. Deputados, demais assistentes, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, por dever estatutário e por compreensão do processo político, hoje não cabe mais no figurino dos juízes aquele que foi

defendido hoje aqui pelo ex-Ministro Pazzianotto. Nós achamos que temos responsabilidade social e vamos, na medida dos nossos espaços, sempre dar a opinião dos Juízes do Trabalho brasileiro. *(Palmas.)*

Aliás, eu recebi ainda pela manhã a manifestação de todos os juízes do Rio Grande do Sul e do Paraná, que, reunidos em suas semanas institucionais, unanimemente encaminharam uma moção de apoio à rejeição do projeto. *(Palmas.)*

Mas o que está em debate aqui, na verdade, é o alcance, o tamanho da terceirização que se quer para o País. Não adianta dourar a pílula e dizer que agora os terceirizados terão direitos ou então passarão a ter direitos, porque esses direitos já são os consagrados na Constituição, na CLT — a carteira já é para ser assinada, se ela não está sendo, é porque ela vai continuar não sendo assinada na mesma medida em que hoje está. E os depósitos de processos na Justiça de Trabalho dão bem a medida da responsabilidade patrimonial dessas empresas. São centenas de milhares de processos que não têm resultado útil, porque as empresas simplesmente somem. *(Palmas.)* E isso não é culpa dos empregados. Isso é culpa de quem contrata dos dois lados: a prestadora e a tomadora.

Não sei se essa realidade tenderá a mudar — pode ser que sim. O problema é o aprofundamento e, daqui para frente, o que é a exceção virará regra. Pesquisas dizem que os empresários, na grande maioria, ou a quase unanimidade, contratam terceirizados, objetivando reduzir custos e não a especialização, como regra, como mote. *(Palmas e manifestação nas galerias.)*

Aí a equação fica muito simples. A mão de obra é custo fixo das empresas. Como é que o custo fixo se torna custo variável? Ora, não tendo empregados, mas contratando por meio de interpostas empresas.

O que mais nos chama a atenção é que toda a atividade comercial em que há intermediário há lucro em cima, há custo, há aumento de preço. Com a mão de obra acontece o contrário. Botou-se o intermediário, reduziu-se a despesa. Essa é uma mágica impressionante que ninguém consegue explicar, a não ser pelo ponto de vista daquele que vai pagar a conta, que é o salário. *(Palmas.)*

Eu me preocupo, como cidadão brasileiro, e é esta a preocupação dos juízes, com o resultado prático daquilo que nós fazemos com a ferramenta do nosso trabalho, que é o direito do trabalho.

Falo do direito do trabalho alçado ao nível constitucional em debates memoráveis nesta Casa, na Constituinte de 1988, que consagrou um feixe protetor da relação de trabalho, porque isso é de interesse público. Agora nós estamos preocupados, porque muitos dos partidos políticos que escreveram esta Carta estão apoiando esta medida, talvez até sem

conhecer ou sem ter o claro alcance social, político e econômico que ela tem. Este projeto, em termos de futuro para a Nação, é uma tragédia (*palmas*), tragédia no seguinte sentido: hoje, o fator trabalho responde por aproximadamente 35% ou 37% da renda nacional, do Produto Interno Bruto.

Ora, se a mão de obra terceirizada recebe 27% ou 30% a menos, é fácil imaginar que a massa salarial, daqui a 10 anos, vai diminuir na participação do bolo, vamos dizer assim, do produto interno nacional.

É isso compromete, e compromete seriamente, o futuro da Nação. Nós estaremos dando um passo sério para trás. Eu não vou falar aqui, Sr. Presidente, de todas as complicações de ordem jurídica, das ofensas, das normativas internacionais da OIT, de várias convenções, do princípio constitucional do não retrocesso, que está registrado na nossa Constituição Federal.

. Presidente, peço a V.Exa. que faça registrar a parte do meu pronunciamento que vou dar como lida. Faço um apelo para que os Deputados tenham a serenidade de buscar, quem sabe, inspiração na legislação do Chile, da Argentina, da Colômbia, do México, de Portugal, da Espanha, da Itália, da França. Todas elas têm a terceirização restrita e regulamentada, e todas com responsabilidade solidária. (*Palmas e manifestações nas galerias.*)

Sr. Presidente, é a minha sugestão, já que o espaço é para buscar alternativas.

Muito obrigado. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:54

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: PEDRO UCZAI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Magnus Apóstolico, Diretor de Relações do Trabalho da Federação Brasileira de Bancos — FEBRABAN. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente Décio Lima, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Pois não, Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Décio Lima, como V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Antes, porém, gostaria de saber se o Sr. Magnus está presente. (*Pausa.*) Está presente.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Décio Lima, como a hora avança e V.Exa. não vai permitir mais aos Deputados fazerem uso da palavra, eu gostaria de manifestar nossa posição e o que está chamando a atenção. Eu estou aqui desde as 10 horas da manhã, sentado, religiosamente. Eu não me senti bem no início da manhã, mas permaneci porque gostaria de fazer uso da palavra.

Em segundo lugar, parece que está tudo invertido nesta sessão. Os setores empresariais estão dizendo que estão protegendo os trabalhadores, e as centrais dos trabalhadores estão contra a regulamentação da terceirização do trabalho. Está tudo invertido!

Quero dizer que a gente tem que ter honestidade intelectual e política aqui. Se esse projeto fosse regulamentar e avançar no direito dos precarizados, nós poderíamos ser a favor. O que está se propondo com o Projeto de Lei nº 4.330 é precarizar o que não está precarizado. *(Palmas.)*

Portanto, nós temos que nos manifestar contra o Projeto de Lei nº 4.330, por coerência intelectual e política.

Sr. Presidente, farei um convite. Na segunda-feira, todas as centrais sindicais do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina vão estar em Florianópolis e convidam Senadores e Deputados Federais para um grande debate, no qual um dos pontos será o Projeto de Lei nº 4.330.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 14:57

Orador: MAGNUS APOSTÓLICO

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Magnus Apostólico.

SR. MAGNUS APOSTÓLICO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, grande parte daquilo que eu pretendia levantar aqui já foi dita, e eu queria me concentrar em três pontos que me parecem muito importantes.

Eu fico realmente perplexo em ver uma reação contrária à regulamentação da terceirização. Até por tudo que aqui foi dito, até se todos esses problemas realmente existissem, se realmente fossem verdadeiros, nós teríamos um reforço pela proposta da regulamentação da terceirização.

Eu faço minhas as palavras do Hermínio quando ele disse que o Deputado Arthur Maia tem paciência de Jó: ele andou este País inteiro discutindo isso. Eu também estive em vários

lugares. Eu estive na Comissão quadripartite discutindo isso. Até mesmo argumentos vagos de possibilidade de segregação foram eliminados através dessa negociação. Vários artigos foram levados ao projeto de lei, no sentido de trazer equidade no ambiente de trabalho, de trazer as mesmas facilidades que têm os empregados da contratante e os empregados da contratada, de trazer segurança, responsabilizando-se contratante e contratada pelo ambiente saudável, pela salubridade do ambiente. *(Manifestações nas galerias.)* Isto foi incorporado a partir das discussões feitas com as centrais sindicais.

O segundo ponto que me chama muito a atenção é se nós vamos terceirizar atividade-meio ou atividade-fim, e ninguém se preocupou até agora como é que nós vamos definir o que é atividade-meio ou atividade-fim, ou seja, aquilo que a lei não consegue, por parâmetros claros, definir ou diferenciar nós transferiremos para um tipo de legislação à parte do Legislativo, para decidir se isso será atividade-meio ou atividade-fim.

que nós não percebemos até agora é que esta separação tem sido impossível no campo da definição. Portanto, acompanhando aquilo que eu ouvi das principais centrais sindicais durante a negociação da Comissão quadripartite, nós não queremos judicializar a terceirização — palavras textuais das centrais sindicais.

NÓS também não queremos.

Como é que nós não vamos judicializar se colocarmos limites teóricos, limites que não podem ser definidos, limites que não podem ser comprovados na questão da terceirização? Nós vamos conduzir isso diretamente aos tribunais.

(Manifestação nas galerias.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O segundo ponto é a questão da representação sindical das normas coletivas, que me parece algo de grande sensibilidade para as centrais sindicais.

Ora, nós não podemos ter um trabalhador especializado prestando serviços a vários contratantes num prazo muito curto e dizer que ele será operado por normas coletivas as mais diferentes, por setores os mais diferentes. Ele é o mesmo empregado, o seu empregador é o mesmo, a sua função é a mesma. Como é que ele conseguirá conviver com normas coletivas diferentes? Será que isso é possível? Será que uma empresa consegue administrar essa balbúrdia? Será que o trabalhador pode ter a sua remuneração subindo, descendo, variando de acordo com o contratante do seu empregador e não com a sua própria função?

Então, eu creio que nós precisamos olhar para o que esse projeto de lei tem de mais importante, que é fixar responsabilidade de contratante, de contratado, dos empregadores; fixar os direitos dos trabalhadores, e tentar resolver, de forma clara, como faz o projeto, o que é a terceirização e não o que terceirizar. Porque o que terceirizar nós não conseguimos definir através de lei.

Eu queria, então, Presidente, chamar atenção para essas duas questões.

(Manifestação nas galerias.)

Também a nossa total crença de que, a partir da terceirização especializada, a partir da qualificação dos profissionais, que nós vemos de forma crescente, nós também temos possibilidade de criação de entidades sindicais, de representações sindicais muito mais combativas, muito mais representativas do que as que temos hoje. Essas entidades sindicais certamente estarão ligadas a essas centrais sindicais hoje atuantes no mundo do trabalho. Então, não consegui ouvir aqui algo que inviabilizasse esse projeto. Muito pelo contrário, tudo o que foi dito foi no sentido de fortalecer a sua necessidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito obrigado, Magnus.

(Apupos nas galerias.)

(Manifestação nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:03

Orador: PADRE JOÃO

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sr. Presidente, rapidinho, Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais. Nós temos agora, no Freitas Nobre, a Frente Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Deputado Padre João, só 1 minutinho.

(Manifestação nas galerias.)

Só 1 minutinho, senhores. Senhores.

Pois não, Deputado João.

O SR. PADRE JOÃO - A Frente Parlamentar da Educação no Campo, para a qual convido a todos, Presidente.

E só manifesto, uma vez que eu estou saindo e estava inscrito pelo PT, que sou contra o PL

4.330, que não trata só da terceirização não! Há as terceiras, as quartas, as quintas empresas, e assim sucessivamente, tornando precário... Mutilação e morte. Então, contra o PL 4.330!

Muito obrigado. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:03

Orador: CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação dos Procuradores do Trabalho.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes dos trabalhadores e dos empresários, demais entidades aqui presentes.

Falar depois de ouvir tantos e tão brilhantes oradores, concordando com uns e discordando de outros, faz-nos refletir um pouco acerca de uma série de questões. A gente viu aqui que quem se manifestou a favor do projeto destacou a necessidade de ampliação da terceirização como forma de especialização e, portanto, de aumentar a produtividade e diminuir custos. Já quem se manifestou contrariamente destacou — e a meu ver com bastante propriedade — o fato de que a terceirização, como ela é utilizada, é com foco exacerbado na redução de custos e, por conseguinte, na precarização das relações de trabalho. (*Palmas.*)

Antes de seguir aqui qualquer linha argumentativa, eu gostaria de frisar que a manifestação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que representa os membros do Ministério Público do Trabalho de todo o Brasil, não seguirá aqui um viés ideológico — a questão não será discutida sob esse aspecto —, mas buscará trazer aqui a nossa experiência prática, a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho no combate às fraudes trabalhistas, no combate às irregularidades trabalhistas em geral, no País todo, e o que nós temos visto a respeito disso.

E, quanto a isso, poderemos fazer uma síntese, até porque nosso tempo é bem curto. Eu frisaria, na linha do que, salvo engano, o Deputado Ivan Valente ressaltou aqui, um estudo do DIEESE, feito há cerca de 2 anos, que diz — realmente, as estatísticas estão aí para comprovar — que no trabalho terceirizado, apesar de os trabalhadores terem níveis de escolaridade semelhante, eles ganham menos, trabalham mais, têm jornada maior, acidentam-se mais — até porque há índice de 80% de acidentes de trabalho envolvendo

terceirizados, inclusive de acidentes fatais —, com uma rotatividade maior. Então, sem sombra de dúvida é de precarização, sim. (*Palmas.*)

Mas a nossa postura, Srs. Parlamentares, nunca foi a de simplesmente adotar um posicionamento puro e simplesmente contrário ao Projeto de Lei nº 4.330. Nós entendemos que há, sim, possibilidade de se discutir a regulamentação do trabalho terceirizado, mas não nesses moldes; não à custa da dignidade do trabalhador (*palmas*); não com viés nítida e exclusivamente precarizante; não, de forma alguma, na linha que vem sendo seguida.

Reconheçamos: houve avanço nas discussões, sem dúvida nenhuma, mas esse projeto ainda está longe do razoável, até porque falávamos do foco exacerbado na redução de custos, e isso se dá, custe o que custar. Desculpem-me a expressão coloquial, mas isso sempre arrebatou na ponta mais fraca dessa cadeia, que é exatamente o trabalhador. Mas eu gostaria de frisar três pontos que, para nós, se mostram de grande relevância. Primeiramente, eu trataria da necessidade de vedação da terceirização de atividade-fim. Para a nossa surpresa, Sr. Presidente, o projeto traz, de maneira expressa, a possibilidade de terceirização da atividade-fim. O representante da CNI falou, hoje pela manhã, que todos terceirizam alguma atividade. Talvez até terceirizem, mas alguma atividade é diferente de poder terceirizar tudo, até porque não podemos conceber —o projeto permite isso, e para nós é até ilógico e irrazoável — a terceirização a ponto de se chegar a ter bancos sem bancários, escolas sem professores, e outros exemplos que poderíamos frisar nessa linha. Haveria esses profissionais, mas não esses profissionais reconhecidos como trabalhadores dessas empresas, o que de fato são. (*Palmas nas galerias.*)

Trataria também da necessidade, a nosso ver, de extrema valia, da responsabilização solidária no caso da terceirização, que o projeto buscou tratar de alguma forma, mas não da forma ampla que deveria tratar.

Alguns Ministros do TST já falaram aqui nesta tribuna hoje — e o Ministro Godinho inclusive frisava, Deputado Sandro Mabel, a questão da Súmula 331 —, mas nós não podemos olvidar que a Súmula 331 foi concebida no momento em que estava em vigor outro Código Civil. E, quando se falava em responsabilidade por ato de terceiro — e, sem dúvida nenhuma, isso influenciou a elaboração daquela súmula, à época um enunciado —, tratava-se da questão da noção de culpa: imprudência, negligência e imperícia. Hoje, não. Desde 2002, o próprio Código Civil — isso sem falar da legislação trabalhista e do ordenamento jurídico internacional — já trata da responsabilidade independentemente de culpa.

Então, a nosso ver, a responsabilidade precisa ser solidária, sim, até porque o empresário tem mais condições de exigir garantias — e o projeto até traz garantias, como a caução e tantas outras —, tem condições de suspender os repasses, de cobrar fiscalização mais efetiva do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tantas outras. (*Palmas.*)

Também não podemos olvidar outras duas questões: a condição muito mais confortável, vamos chamar assim, do empregador para, se for o caso, entrar com uma ação regressiva, até porque — e esse é o ponto principal — nós não podemos olvidar, em momento nenhum, o caráter alimentar das verbas trabalhistas.

Então, como se não bastasse tudo isso, ainda temos convenções internacionais, temos a questão do direito comparado. O Presidente da ANAMATRA frisava agora há pouco o caso de países como Argentina, Colômbia, Venezuela, México, mas, para não falarmos só desses, também países europeus, como França, Itália, Espanha, tratam, sim, da responsabilidade solidária. *(Manifestação nas galerias.)*

Então, essa questão não poderia, a nosso ver, deixar de ser tratada aqui. Não vou poder me aprofundar por causa do tempo, mas friso a necessidade, e eu diria mais, a imprescindibilidade de tratamento isonômico entre os trabalhadores, sejam terceirizados, sejam reconhecidos como trabalhadores empregados e contratados de forma direta. *(Manifestação nas galerias.)*

Isso aí é trazido pela Constituição Federal, no seu art. 7º; isso é trazido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos do pós-guerra, da Segunda Guerra Mundial; isso é trazido em convenções da Organização Internacional do Trabalho e isso é trazido até pelo bom senso e pela razoabilidade de qualquer um de nós e de qualquer pessoa, seja da área jurídica ou não.

Então, o que eu frisaria — e foi falado há pouco, Sr. Presidente — é sobre a questão também do sindicato, do enquadramento sindical. Nós entendemos que isso aí é de extrema valia, porque, ao colocar trabalhadores e prestadores de serviços terceirizados, você reúne uma série de trabalhadores que não têm as mesmas similitudes em termos de vida que levam em funções exercidas. Então, na prática, você afronta a isonomia, a garantia da liberdade sindical, e você acaba afrontando os direitos desses trabalhadores.

E, agora, concluindo, falou-se hoje, inclusive pessoas mencionaram com bastante ênfase, sobre a questão do retrocesso que significaria não aprovar o projeto. Na nossa visão, na realidade, é o contrário, é um retrocesso social tornar legal o que é ilegítimo, o que é imoral, o que é inaceitável. Não, portanto, ao PL nº 4.330! *(Manifestação nas galerias.)*

Obrigado, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:09

Orador: NELSON PELLEGRINO

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu convido para usar da palavra o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, V.Exa. me permite só fazer um breve comentário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu sei que, de forma justa, houve um declínio por parte dos Parlamentares de não se manifestarem, até porque a gente se manifesta no dia a dia — e é muito positivo que as centrais sindicais e as entidades se posicionem. Mas eu não poderia deixar de, como advogado de sindicato que sou há quase 30 anos, também ser porta-voz do sentimento do movimento sindical. Acho que esse Projeto de Lei nº 4.330, do jeito que está, não pode ser aprovado pelo Congresso Nacional. *(Manifestação nas galerias.)*

Há dois aspectos, inclusive eu não vou comentar todos, porque o tempo é muito rápido, que eu acho muito complicados, que não podem ser ultrapassados.

Um é o problema da solidariedade. Com a experiência que eu tenho de 30 anos como advogado de sindicato, a solidariedade, hoje, é uma garantia fundamental para os trabalhadores. *(Manifestação nas galerias.)*

A segunda questão é a terceirização de atividades fins, que é outro elemento muito complicado.

Portanto, eu virei, como já tenho vindo a esta tribuna, manifestar-me com mais vagar sobre a questão, mas não poderia também de deixar, nesta Comissão Geral, de me manifestar, de estar em sintonia com o movimento sindical brasileiro, que se opõe... *(O microfone é desligado.)*
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Obrigado, Sr. Deputado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:12

Orador: ALICE PORTUGAL

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É para dizer também — estava inscrita, não houve oportunidade, com todo o respeito ao direito de propor — que o projeto como está leva a um rebaixamento contratual de milhões de trabalhadores brasileiros. *(Palmas.)*

Saem as mulheres mais prejudicadas ainda do processo de descaracterização da CLT, levando à perda da natureza, meio e fim, no mundo do trabalho, para a substituição do conceito de empresa especializada.

É lamentável que nesses termos estaremos a precarizar o trabalho no Brasil e a constituir a desregulamentação, que foi barrada quando barramos as reformas neoliberais do Brasil.

Portanto, nesse sentido é que tenho a posição frontalmente contrária ao projeto, porque agride o sistema trabalhista e o direito do trabalhador no Brasil.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Obrigado, Deputada Alice.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:12

Orador: JOSÉ CALIXTO RAMOS

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Concedo a palavra ao Sr. Calixto.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiras e companheiros, eu queria, preliminarmente, apresentar ou deixar registrado o nosso descontentamento pela maneira como foi tratada a nova Central Sindical de Trabalhadores. Não se trata de uma das maiores entidades, mas, tendo pouco mais de mil sindicatos filiados, teve direito a apenas seis convites. Eu estou aqui como sétimo porque tenho uma credencial, mas deram apenas seis.

O ideal seria que nós não estivéssemos discutindo regulamentação de terceirização. Voltando às empresas primitivas, elas se instalavam para produzir determinado produto e todos os seus empregados eram realmente empregados daquela determinada empresa.

Mas não vamos falar em conceituação da terceirização. Em números, por exemplo, as empresas tipicamente terceirizadas hoje representam 25% do mercado formal.

NO entanto, é preciso salientar que boa parte dos trabalhadores terceirizados está na informalidade, e, por este motivo, esse número possivelmente não represente a realidade, ou seja, está subestimado. Além disso, o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no posto de trabalho, possui uma jornada de trabalho semanal 3 horas maior e ganha 27% a menos que os contratados para a mesma função.

O processo de terceirização no Brasil se deu na verdade nas décadas de 70 e 80. Todavia, o mais relevante é a forma como as empresas alcançam os seus objetivos. Algumas optaram pela redução de custos, via enxugamento dos quadros funcionais das empresas e da precarização das relações de trabalho. Outras escolheram focalizar os esforços em seu produto final, terceirizando as chamadas atividades meio. Outras ainda combinaram as duas estratégias. Mas o resultado para os trabalhadores, independentemente da estratégia adotada, foi piora nas condições de vida e de trabalho.

Aqui vale ressaltar que o processo de terceirização avançou de tal maneira, que, hoje, em várias empresas, funcionários terceirizados e efetivos desempenham as mesmas funções. Falarei, rapidamente, sobre a terceirização e seus efeitos para os trabalhadores.

No Brasil, sua aplicação não é nem longe benéfica aos trabalhadores. Travestida de modernidade, esconde sua faceta mais perversa, que é a precarização do trabalho, com sérias consequências sobre os trabalhadores, dentre elas: redução de salários e benefícios; aumento de jornadas de trabalho; instabilidade no emprego; quebra de solidariedade entre os próprios trabalhadores; piora das condições de saúde e segurança no ambiente laboral; desorganização da representação sindical; e diminuição da qualificação da força de trabalho.

Aquivalente salientar que a única regra existente até hoje ainda é exatamente a Súmula 331. Todavia, na tentativa de se criar um marco legal, foi apresentado o projeto do nobre Deputado Sandro Mabel, que é o PL que nós estamos discutindo. Se aprovado, seja no formato original, seja no substitutivo, permitirá a generalização da terceirização, com sérias consequências aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Vale ressaltar algumas consequências no caso de aprovação deste Projeto: dissolve o direito do trabalho, ao desconstituir direitos da CLT e da Constituição; torna lícito todo contrato de prestação de serviço terceirizado; acaba com a atividade-fim da empresa, ou seja, a terceirização ficará liberada para se terceirizar qualquer atividade — terceirização, quarteirização, quinteirização, e assim por diante —, permitindo, dessa forma, a subcontratação de empresas. Hoje não é preciso que a empresa tenha mil empregados; ela tinha mil, dispensa novecentos, fica com cem gestores e...

(O microfone é desligado.)

Concluindo, acaba que, o que é principal, a responsabilidade solidária da empresa retira o Estado da fiscalização, passando esse papel para as empresas, uma empresa terceirizando a outra empresa. Enfraquece os vínculos formais de trabalho, uma vez que estimula a rotatividade ao tornar cada vez mais frágeis ainda exatamente essas relações de trabalho.

Por essas razões, Sr. Presidente, vamos deixar com V.Exa. um trabalho mais amplo, para não dizerem que apenas falamos e deixamos no ar. E nós encarecemos aos nobres Sras. e

Srs. Deputados que se manifestem contrariamente à aprovação desse Projeto 4.330. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Décio Lima) - Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:21

Sem supervisão

Fase: CG

**Orador: ODAIR DE JESUS
CONCEIÇÃO**

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu chamo à tribuna o Sr. Odair de Jesus Conceição, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores.

Depois, irá usar da palavra o Sr. Edson Carneiro da Silva, Coordenador da Intersindical.

O SR. ODAIR DE JESUS CONCEIÇÃO - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Décio Lima, Exmo. Sr. Deputado Laercio Oliveira, a quem agradeço a indicação para falar nesta tribuna, em nome da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, a FENAVIST, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores representantes das diversas entidades representativas da sociedade civil organizada, senhoras e senhores, falo em nome da FENAVIST, a qual tenho a honra de presidir, federação esta, filiada à CNC e que representa a atividade de segurança privada no Brasil, com mais de 2.300 empresas nas áreas de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal privada e escolas de formação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em 2012, as 2.300 empresas de segurança privada e transporte de valores movimentaram no Brasil 36 bilhões de reais, empregando formalmente em torno de 700 mil trabalhadores em todos os setores da nossa economia. Somente esse setor foi responsável pela arrecadação de mais de 4,6 bilhões de reais em impostos federais e municipais e também foi responsável pela arrecadação de 19 bilhões de reais em encargos sociais e pagamento de salários.

Muito se tem escrito e falado nos últimos dias sobre o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que assegura mais proteção ao trabalhador. Nos artigos publicados, e mesmo nos panfletos e faixas exibidos por manifestantes ligados às centrais sindicais, veem-se frases como *precarização, vale-tudo, tentativa de mascarar as relações de emprego, violação dos arts. 2º e 3º da CLT, uma empresa não pode delegar a outra a atividade de sua razão de existir ou entregar a empresa sem qualificação* e tantos outros ataques desse mesmo contexto.

De outro lado, o autor do PL 4.330, o ilustre Deputado Sandro Mabel, o seu Relator na CCJ, Deputado Arthur Maia, o Deputado Laercio Oliveira, e tantos outros políticos especialistas defendem com veemência a constitucionalidade, a oportunidade e a importância desse projeto para a desburocratização, o crescimento e o desenvolvimento do País, caso seja aprovado. (*Manifestações no plenário.*) Vê-se que a polêmica formada se passa num patamar mais intelectualizado e traz em si a antiga dicotomia de ideias, a saber:

De um lado, aqueles que são desfavoráveis à aprovação da nova Lei da Terceirização, a lei que protege o trabalhador, demonstrando pender para a ideologia da Revolução Russa de 1917, que propugnava pela implantação de sistema de igualdade social, ou seja, são contra a terceirização porque entendem que todos os trabalhadores devem ser empregados diretos da organização.

O Prof. Sírio Possenti, da UNICAMP, na postagem de Gilmar da Rosa, de 12 de agosto de 2012, afirma que *a ideologia expressa nossa relação imaginária com o mundo —de novo, não seria a relação real. Uma ideologia faz parecer natural o que é histórico.* Assim é o ponto de vista que não pode ser tido como científico.

De outro lado, aqueles que são favoráveis à lei da proteção ao trabalhador usam como argumentos o que há de novo no mundo do trabalho, no mundo econômico e especialmente no campo das novas formas de administração e especialmente se escuda no que ocorre de fato no mundo hoje, ou no que é científico. (*Manifestação nas galerias.*)

Ao que parece, eles não estão atrelados a ideologias ou ao imaginário do passado. (*Manifestação nas galerias.*) (*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*) Não incorporam a ideologia fascista da Itália e Alemanha de 1930, de caráter autoritário, nem a ideologia comunista, de 1917, ideário de total igualdade social, nem a outras ideias preconcebidas. Pelo menos é o que se observa de suas manifestações e revelações de propósitos.

Importa observar que, em qualquer campo do saber ou contexto intelectual, não é possível desprezar o científico. (*Manifestação nas galerias.*) E científico, segundo o intelectual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Por favor, senhores, por favor, só um minutinho, por favor, senhores, por favor. Não é assim que se ganha o debate, não é xingando. Conclua, por favor.

O SR. ODAIR DE JESUS CONCEIÇÃO - E científico, segundo o intelectual e poeta Rubem Alves, *é o que se pode ser medido, quantificado, é tudo o que seja palpável.*

Nas pesquisas sobre a terceirização, o que se encontra são dados consistentes, quantificáveis, palpáveis, medidos por números incontestáveis.

É claramente por essa razão é que o Congresso Nacional, pautando-se pela velha lição de que a lei nasce do fato social, está tão empenhado na aprovação da lei que regulamenta a terceirização e cujo projeto, se analisado com cuidado, traz a comprovação de grandes benefícios para os trabalhadores terceirizados, hoje sem proteção quase nenhuma para as empresas prestadoras de serviço e para a administração pública, que é a maior contratante de serviço terceirizado do Brasil.

É interessante acrescentar a importância da terceirização como forma de ajudar milhares de pessoas, principalmente os jovens, a conseguirem o seu primeiro emprego, e também ajudar as pessoas com menos escolaridade, como os trabalhadores da área de limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, copeiras, e tantos outros a conseguirem um emprego formal, portanto, com carteira assinada, o que antes era muito difícil neste País. *(Manifestação das galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Conclua.

O SR. ODAIR DE JESUS CONCEIÇÃO - É certo que, se o mercado empresarial não tivesse a opção da terceirização, com certeza o índice de informalidade seria ainda muito maior no Brasil, prejudicando o trabalhador, o chefe de família. *(Manifestação nas galerias.)*

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, não é possível uma arruaça desse tamanho nas galerias. Sr. Presidente, tem que existir respeito aqui nesta Casa! Há um orador na tribuna, e não se respeita o orador, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu queria pedir ao Sr. Odair que conclua.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Está concluindo, Presidente, mas não o deixam falar. Isso é falta de educação, é falta de respeito. *(Manifestação nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem, muito bem.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Sr. Presidente, V.Exa. tem que mandar esvaziar essa bagunça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Bom, existem entidades que ainda não falaram. Eu não vou mais, em nenhum momento, tolerar isso. Quatro a cinco pessoas lá em cima que estão...

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Pois é, Presidente, então, tira essas pessoas de lá. Fazer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu queria pedir ao Presidente Wagner... Eu posso encerrar em prejuízo das outras entidades.

SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Eu acho que tem que encerrar porque, com essa baderna lá em cima, não tem como continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - V.Exa. concluiu?

O SR. ODAIR DE JESUS CONCEIÇÃO - Eu vou concluir, Presidente.

Dentre os principais benefícios que o projeto de lei traz, destacamos a criação do marco regulatório da terceirização no Brasil, inexistente atualmente, que vai proteger mais de 15 milhões de empregados neste País; a criação de condição de empresa especializada com objeto social único; a garantia dos direitos trabalhistas dos trabalhadores através de retenção de verbas; o fim da discussão da atividade-fim e atividade-meio, o que só traz insegurança jurídica; a criação da responsabilidade subsidiária e solidária, tão importante; o fim do calote de alguns tomadores de serviço que não pagam as faturas de suas empresas em dia, não concedem o reajuste das faturas e assim contribuem para a precarização; a concessão para os trabalhadores terceirizados do mesmo ambiente que o empregado da empresa contratada tem para fazer suas refeições, fazer a utilização da atividade médica, de saúde, de transporte. *(Manifestação das galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Concluiu já. Acabou o seu tempo. O senhor falou por 8 minutos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:30

**Orador: EDSON CARNEIRO DA
SILVA**

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Edson Carneiro da Silva. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. EDSON CARNEIRO DA SILVA - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sou contrário a esse projeto, que destrói os direitos dos trabalhadores. Boa tarde aos trabalhadores e a todos aqueles que assistem ao nosso debate.

Aqui estamos desde a manhã, e eu, particularmente, ouvi vários contrassenso. O primeiro contrassenso é que, no momento em que a juventude e os trabalhadores deste País vão às ruas para dizer que querem participar do debate da Nação brasileira, aqui estão impedidos de debater os rumos dos direitos do trabalho. *(Manifestação nas galerias.)*

O segundo contrassenso é que, quando essa mesma juventude vai às ruas contra a precarização do serviço público, a precarização do transporte, da educação e da saúde, os

empresários e aqueles que são financiados por eles querem aumentar o grau de precarização do trabalho no Brasil. *(Manifestação nas galerias.)*

É muito grave o que está acontecendo aqui. Se esse projeto for aprovado, nós vamos descer escada abaixo para a barbarização das relações de trabalho. É a barbárie que eles querem colocar sobre os trabalhadores.

Aqui, ouvimos vários empresários, um dos mais célebres, o representante dos bancos, aqueles que abocanham a maior parte da riqueza deste País e que terceirizam milhares e milhares de postos de trabalho. Um recado vai ser dado amanhã, com o início da greve nacional dos bancários contra a terceirização neste País. *(Manifestação nas galerias.)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. EDSON CARNEIRO DA SILVA - Além disso, o que é muito importante, falou-se aqui em negociação. Abrir mão da atividade-fim, abrir mão da responsabilidade solidária, abrir mão da representação, não há negociação. Aqui só é possível negociar garantindo-se todos os direitos dos trabalhadores. Nós não vamos permitir a barbárie do mundo do trabalho no Brasil. *(Palmas nas galerias.)*

E é muito importante que se saiba: os Deputados que sujarem as suas mãos votando a favor desse projeto vão ter que enfrentar a ira popular nas urnas. O movimento sindical, os trabalhadores, a juventude deste País, nós vamos nos mobilizar até outubro do ano que vem para dizer quem prejudicou e colocou milhões e milhões de trabalhadores na vala comum daqueles que não têm direitos.

Aqui os empresários dizem: *Mas vocês não querem olhar para a realidade. A terceirização já é uma realidade. A economia do Brasil precisa da terceirização. É uma realidade. Se aceitássemos esse argumento, até hoje estaríamos na escravidão, porque um dia foi necessário o trabalho de negros sequestrados da África para garantir lucro para essa burguesia coesa que continua acumulando riqueza à custa da desgraça de milhões e milhões de pessoas.*

O projeto de terceirização no Brasil, como foi dito aqui pelos Ministros do TST, pelos Procuradores do Trabalho e também pelos representantes dos trabalhadores, não passará. E não passará porque nós acreditamos na capacidade de luta dos trabalhadores do Brasil. É muito importante — se esse projeto for desferido é um golpe, um golpe contra os trabalhadores, contra milhões de trabalhadores — cada Deputado e cada Deputada que votar esse projeto saber do que se trata. Aliás, eles sabem do que se trata, sim. Sabem e estão de olho no financiamento privado das empresas, que é a quem interessa esse projeto de terceirização! *(Manifestação nas galerias.)*

Aqui é como já foi dito: a raposa dizendo que está preocupada com o galinheiro. É um contrassenso! Esses Deputados, inclusive os autores, têm que perder os seus mandatos e têm que voltar a trabalhar! (*Palmas nas galerias.*) A terceirização é o grau mais acabado da precarização das condições de trabalho. Mas aqui não se trata apenas de aumentar a precarização, que já é muito grave.

Eu sou bancário há 23 anos. E desde o início da década de 90 assistimos a vários colegas perderem seu emprego direto e serem recontratados por empresas terceiras, verdadeiras bocas de porco, muitas delas de propriedade dos diretores dos bancos. E esses trabalhadores... (*Manifestação nas galerias.*)

Além de bancário, eu sou professor da escola pública no Estado de São Paulo. Tenho cinco salas de aulas de educação de jovens e adultos. Quase todos os meus alunos, jovens e adultos, são trabalhadores terceirizados. E eles sabem exatamente o que significa a terceirização, sabem exatamente o que significa o processo de precarização.

Portanto, se esses Deputados golpearem os trabalhadores, nós diremos bem claro: o conjunto dos trabalhadores, as organizações dos trabalhadores, a Intersindical, as demais centrais sindicais e a juventude, todos os que estão nas ruas vão voltar às ruas durante a Copa, durante as eleições, até que a gente derrote esse projeto do desemprego, da precarização e da barbárie.

Nós não queremos retrocesso civilizatório, que é o significado desse projeto. Vamos votar contra o Projeto de Lei nº 4.330. Os trabalhadores não deixarão passar esse absurdo contra milhões e milhões de pais de família. (*Palmas.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:36

Orador: PAULO TEIXEIRA

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Vou conceder a palavra ao Deputado Paulo Teixeira. Antes, porém, eu queria chamar o Sr. Edmundo de Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, para ocupar a tribuna. Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu quero saudá-lo, mas, neste primeiro momento, vou fazer um protesto. Esse é um debate que interessa à classe trabalhadora brasileira e também aos empresários. Este plenário deveria estar cheio, as galerias deveriam estar cheias.

(Manifestações nas galerias. É uma vergonha!)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Este Congresso não pode ter medo do povo. O povo manda nesta Casa e deveria estar aqui povoando este debate. *(Palmas.)*

Em segundo lugar — estou vendo o Edmundo aqui no plenário —, o que está em discussão aqui? Nós do Partido dos Trabalhadores entendemos que não podemos permitir uma ampliação da terceirização no Brasil, porque ela atacaria o direito dos trabalhadores e a organização sindical. Agora, os empresários dizem que existe um limbo jurídico. Se, no limbo jurídico, for necessária uma regulamentação para sair dele, não há discordância de nossa parte. O que nós não podemos é aprovar, como quer o PL 4.330, uma precarização do mercado de trabalho.

É isto o que eu quero dialogar aqui: nós somos contrários ao PL 4.330, porque nós estamos lendo nele que haverá uma precarização do mercado de trabalho, uma diminuição salarial. Esse não é um cenário para um País como o Brasil, que tem 200 milhões de habitantes. Uma outra coisa é que, se houver limbo jurídico, deverá existir uma regulamentação específica para os atuais terceirizados.

Quero parabenizar a Central Única dos Trabalhadores e as demais centrais sindicais, a Graça Costa e o Wagner Freitas. Somos contrários ao PL 4.330 e estamos abertos a uma regulamentação para os atuais terceirizados para saírem do limbo jurídico, mas não aceitamos a precarização do mundo do trabalho e a diminuição dos salários no Brasil. Muito obrigado.

(Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Eu queria só informar o Deputado Paulo Teixeira de que as questões pertinentes ao acesso a esta Casa não estão afetas a quem, neste momento, nesta tarde, preside a Comissão Geral. É uma situação que cabe à Mesa da Câmara dos Deputados, e inclusive rogo a V.Exa. que possa fazer coro para alterar esse tipo de procedimento.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, é um protesto que faço não a V.Exa., que não preside a Casa, mas à Mesa efetiva, porque controlar não quer dizer impedir. Nós podíamos ter aqui um ambiente de debate cheio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - É que esse debate, Deputado Paulo Teixeira, está lá na Mesa.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Por isso eu quero fazer o meu protesto ao Presidente efetivo, Henrique Eduardo Alves. A classe trabalhadora deveria estar aqui, como

também o empresariado, debatendo, participando efetivamente desse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Muito bem.

(Palmas nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:39

Sem supervisão

Fase: CG

Orador: EDMUNDO DE OLIVEIRA

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Edmundo de Oliveira.

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, agradecido pela boa referência do Deputado Paulo Teixeira, eu quero dizer que sou representante de uma associação de empresas de tecnologia da informação. É um setor que emprega 1 milhão e 200 mil pessoas no Brasil: programadores, engenheiros, engenheiros de *software*, PJs, inclusive — que é um grande problema que nós temos.

Vou dar exemplos concretos de porque não há precarização; ao contrário, há celetização e despejotização. Senhores, o Presidente Lula iniciou em 2008 uma política que todos os senhores conhecem, que aparentemente poderia ser encarada como precarização do trabalho.

(Manifestações das galerias. Não fale mal do Lula, não!)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Ninguém está falando mal do Lula, ao contrário. O Presidente Lula fez o primeiro gesto de desoneração da folha, reduzindo a contribuição.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu posso falar?

(Manifestações das galerias. Não pode! Não pode!)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Não posso falar? Vocês me cassam a palavra, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Por favor, pessoal. Estamos chegando ao ensejo... Ainda estão aqui inscritos para falar os auditores do trabalho, as centrais sindicais, o Governo. Vamos garantir a palavra. Não é assim que nós vamos construir um bom debate. Com a palavra V.Sa.

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA- A Presidente Dilma, Sr. Presidente, foi ainda mais longe: ela fez uma desoneração, e tecnologia da informação foi o primeiro setor. Na exposição de motivos da Lei nº 12.546...

(Tumulto no plenário e nas galerias.)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Assim não é possível!

(Manifestação das galerias. Acabou o tempo!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Está garantida a palavra a V.Sa.

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Eu quero ter a excelência de falar, mas se me deixarem falar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - A V.Sa. está garantida a palavra. Pode falar. Eu gostaria que V.Sa. debatesse com o Plenário.

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Eu estou querendo debater, mas tem alguém que não quer debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Tudo bem.

(Tumulto.)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Bom, foi feita a desoneração da folha, que reduziu e mudou a base de 20% para 2% sobre a receita. Isso reduziu em tese a arrecadação previdenciária? Não, não reduziu, porque ela aumentou a competitividade das empresas e, ao mesmo tempo, está trazendo a formalização para o mercado de tecnologia da informação. Então, o que nós estamos vivendo é o inverso de uma suposta precarização. O que nós temos é um efeito de celetização da mão de obra, de regularização da mão de obra. E não existe fim e meio em tecnologia da informação! Se há um fim da tecnologia da informação, ele é ser meio de todos os outros setores produtivos, de todos os outros.

Então, é preciso que esse princípio da terceirização seja reconhecido e consagrado, para que a gente não viva esta insegurança, porque existem, só no TST — sem contar nas câmaras inferiores —, 16.528 processos contestando. E um dos principais agentes da contestação é a PETROBRAS. Será a PETROBRAS uma empresa pérfida, que pratica a precarização do trabalho?

(Manifestação das galerias. É! É! É!)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Será? É? Está aí, olhem.

(Manifestação do plenário.)

(Não identificado) - É! Tem 273 mil terceirizados!

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Menos! Sou eu que tenho o direito de falar, não é você que o tem.

(Não identificado) - Eu falo o que eu quiser!

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Além disso, Sr. Presidente...

(Não identificado) - Não me deixou falar!

(Tumulto no plenário e nas galerias.)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Eu não perguntei para ela! Eu não perguntei para ela nem para o senhor.

(Não identificado) - Traidor! Traidor!

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Respeitem-me. Vocês deveriam ficar calados.

(Tumulto no plenário e nas galerias.)

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Eu estou perguntando, como argumento, para todo o País, não para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - O que é isso?! O que é isso?! Conclua, por favor!

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, sobre essa noção de que os empresários são maus, eu pergunto: o Fundo de Previdência dos Bancários, que é o maior investidor do País, é um capitalista pérfido, que pratica a terceirização nas empresas em que investe?

Respondam a isso. Vão os sindicalistas orientar as empresas em que a PREVI investe, em que a PETROS investe, para que elas deixem de praticar a terceirização? Vocês sabem o que vai acontecer com as ações dessas empresas?

(Não identificado) - Estava assim porque você estava no Governo. Só ficou assim porque você ficou no Governo o tempo todo.

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Conclua, conclua.

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - Eu não deixo de sair daqui com uma certa decepção, não só pelo debate ter sido rebaixado. Quando o Presidente Henrique Alves colocou o ponto principal...

(Não identificado) - Miserável!

O SR. EDMUNDO DE OLIVEIRA - ...qual seja o de nós tratarmos da competitividade do País, porque os empregos migram, e não essa contestação que houve ao direito legítimo das pessoas de falarem e se expressarem. É lamentável isso!

(Apupos no plenário e nas galerias.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:45

Sem supervisão

Fase: CG

**Orador: MANOEL MESSIAS
NASCIMENTO MELO**

Data: 18/09/2013

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Com a palavra o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui também o Ministro Secretário-Geral da Presidência da República.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aqui, nesta altura, depois desta acalorada sessão, creio que qualquer intervenção tende a repetir alguns argumentos. Vou tentar não repetir tantos argumentos, mas centrar no papel que o Governo tem, insistentemente, buscado desempenhar nesse debate.

A Presidenta Dilma Rousseff, ao atender o pleito das centrais sindicais de buscar intervir no debate e convidar a mesa quadripartite, com a representação das centrais sindicais, das principais confederações de empregadores, do Parlamento, com aceitação do Deputado-Relator, Arthur Maia, e do Presidente da CCJ, Décio Lima, a participar desse debate... E todo o debate acontecido até agora na mesa quadripartite foi acompanhado por representantes de seis Ministérios, demonstrando a preocupação da Presidenta com esse tema. Todo o debate até agora feito demonstra que, primeiro, num tema como esse que envolve as relações de trabalho e, portanto, uma questão essencial da estrutura econômica e social do nosso País, é fundamental e importante o diálogo social.

Diálogo social, Sr. Presidente, tem que ser exercido com um limite; diálogo social significa reconhecer que há divergências centrais entre empregadores e trabalhadores; diálogo social é entender e buscar um termo que permita que o projeto de País que queremos se realize. Nós estamos convencidos de que o projeto de País que queremos realizar é um projeto de País com mais inclusão social, com mais emprego, com mais emprego de qualidade. *(Palmas nas galerias.)* Nós estamos convencidos que o projeto de País que queremos precisa e necessita de empresas competitivas; precisa e necessita de uma economia sólida. Empresas competitivas essas, Sr. Presidente, que não podem ser pensadas à luz da corrida para uma menor condição de trabalho possível. *(Palmas nas galerias.)*

A nossa meta enquanto País não pode ser um mercado de trabalho completamente desregulado; a nossa meta enquanto País não pode ser repetir os padrões de mercado de trabalho, de relações de trabalho, de relações sindicais, que alguns países da Ásia têm. A nossa meta deve ser perseguir um projeto de País de relações de trabalho em que haja equilíbrio entre trabalhadores e empregadores. E esse equilíbrio, Sr. Presidente, só é percebido, só é possível se houver entidades sindicais fortes dos dois lados. Entidades sindicais fortes e equilíbrio nas relações de trabalho são estabelecidas pela representação dos trabalhadores fortes, portanto, sem fragmentar os trabalhadores.

A terceirização ao limite e sem limite, a terceirização sem que a organização sindical possa representar os trabalhadores de forma uniforme e unificada dentro de cada empresa é construir um espaço de ampliação do que nós temos. E os relatos frequentes de representantes dos empregadores, de representantes dos trabalhadores, mostram que há um reconhecimento de que existem problemas na terceirização que nós temos hoje. E as estatísticas demonstram isso.

O esforço da mesa quadripartite, o esforço dos empregadores e trabalhadores, o esforço do Parlamento tem sido buscar resolver os problemas de hoje. Resolver os problemas de hoje significa regulamentar melhor aquilo que o Enunciado nº331 regulamenta; resolver os problemas de hoje não pode significar tirar todos os limites. Não pode, Sr. Presidente. Por isso nós temos insistido enquanto Governo: se queremos regulamentar a terceirização, que já é aceita, que é consensualmente aceita, a terceirização que é realizada, o projeto avançou, o projeto avançou enormemente. Porém, o centro da questão é: nós vamos fazer uma mudança radical nas relações de trabalho que temos hoje, estabelecidas na CLT, estabelecidas na Constituição, permitindo uma triangulação das relações de trabalho da atividade-fim?

Se é isso, Sr. Presidente, temos que enfrentar o debate de forma mais aprofundada, porque, da forma que está, sem garantir que a representação dos trabalhadores terceirizados de atividades-fins e outros, seja pelo sindicato dos trabalhadores ou da empresa que contrata, desequilibra a relação. A representação sindical, o art. 10 do projeto que estávamos discutindo na mesa é essencial para dar equilíbrio a esse projeto. Esse é o ponto que o Governo tem citado frequente e incisivamente tanto aos Deputados quanto aos empregadores e trabalhadores. Se queremos enfrentar um avanço para além do que é feita a terceirização, há que se enfrentar de forma completa.

Por isso, Sr. Presidente, nós enquanto Governo insistimos: neste tema, mais diálogo, mais negociação, mais conversa, sem pressa. Sem pressa, porque nós estamos tratando do arcabouço institucional daquilo que formatou o mercado de trabalho brasileiro há 70 anos.

Não podemos ter a pressa que pode aniquilar não o verbo, nem o verso, mas a classe trabalhadora brasileira. (*Palmas.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:51

Sem supervisão

Fase: CG

Data: 18/09/2013

Orador: PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Lima) - Ao tempo que eu quero pedir, em nome daquilo que nós representamos, as nossas sinceras desculpas a várias entidades e instituições que no decorrer desta Comissão-Geral não puderam se manifestar, quero dizer que esse debate não se encerra aqui na Comissão-Geral. Peço desculpas, porque estou sendo aqui demandado pelo Regimento e pelo próprio Presidente da Câmara, na medida em que tolerante já foi com o tempo desta Comissão.

Nós ultrapassamos em quase 2 horas. Esta reunião da Comissão-Geral começou exatamente às 11h05m. Nós estamos diante de quase 5 horas de debate. Acho que foi um debate rico e instrutivo para todos nós. Foi realmente esclarecedor.

Quero agradecer o esforço de todos aqueles que se mobilizaram para este momento. Quero também comunicar que esta matéria está na Comissão de Constituição e Justiça, que eu presido. Não há absolutamente nenhuma pauta em vista para retomar este debate no âmbito da Comissão por decisão deste Presidente. É evidente que pode haver requerimentos extrapauta.

Mas há ainda a intenção das forças políticas desta Casa de promover ainda um caminho que possa dar um acordo, sem que haja, evidentemente, o resíduo desse conflito que ficou evidente aqui, no decorrer do debate que nós realizamos hoje.

Eu quero também dizer que todos nós temos que entender o processo democrático, as exaltações, mas, a bom termo, conseguimos conduzir esta reunião da Comissão-Geral. Pior se não tivéssemos aqui o espaço democrático para o debate.

Eu lamento não ter podido autorizar todas as entidades e mesmo os Srs. Deputados que estavam inscritos para o debate nesta Comissão-Geral, mas volto a dizer que ele não acabou.

Quero, portanto, agradecer a todos que se somaram aqui no exercício da generosidade e da paciência. A democracia nos impõe que gastemos tempo no sentido de que ela tenha uma premissa, que é a de permitir que as pessoas se expressem e também possam ouvir.

Obrigado a todos. Tenham uma boa tarde!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 281.3.54.O

Hora: 15:54

Sem supervisão

Fase: EN

Data: 18/09/2013

Orador: PRESIDENTE

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Décio Lima) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Décio Lima) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Décio Lima) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 18 de setembro, às 16 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 55 minutos.)